



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offícios:

Sob o n.º 530/79, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando Relatório de Serviços prestados por aquela Secretaria, durante o mês de julho do ano em curso, e também o Relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALBANO ROMANO, ocorrido na data de 18/08/79 nesta Capital.

Requer, outrossim, da aprovação desta, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A data de hoje, marca o décimo aniversário de efetiva direção do Colégio Estadual do Paraná pelo professor Osny Dacol, mesure com vários anos de magistério e uma das pessoas mais destacadas da estrutura educacional do nosso Estado. Como professor regente de classe, teve a felicidade de transmitir conhecimentos a milhares de jovens, que, hoje, em diversos setores de atividade profissional, têm presentes as aulas por ele minis-

tradas, com capacidade e senso de responsabilidade. Das salas de aula, onde certamente conheceu bem de perto os arroubos, a vivacidade, as inteligências de brilho invulgar, os menos dotados e o ímpeto do jovem, o professor Osni Dacol recolheu várias experiências. Dessas, a mais importante, penso eu, tenha sido a que lhe permitiu conhecer melhor o gênero humano. Em sua vida, tem dedicado as melhores horas ao ensino. Através dele, consolida nos seus alunos a necessária formação para melhor qualificar o homem. Como diretor do Colégio Estadual do Paraná, sua atuação é marcada por realizações de inegável vulto. Faz parte de sua obra a criação do primeiro complexo escolar dentro do Estado, abrangendo sete unidades de ensino de primeiro grau: Tiradentes, Professor Brandão, Professor Zacarias, Xavier da Silva, Amâncio Moro, Dona Carola e Aline Pichetti. A sede desse complexo escolar é o próprio Colégio Estadual do Paraná, estabelecimento de ensino de notável lembrança para milhares de paranaenses, dentre os quais, com orgulho, também me incluo.

Hoje, o Colégio Estadual conta com 5.500 alunos e as demais unidades do complexo 7.500 alunos. Ao todo, são 13 mil jovens. Logo, fácil é dimensionar a importância do trabalho desenvolvido pelo professor Osni Dacol, de cuja gestão podem ser destacados alguns pontos de acentuada importância, todos voltados para o aperfeiçoamento do aluno, como destinatário de informações culturais e de formação orgânica, a saber: construção do planetário do Colégio Estadual do Paraná; construção do canteiro de obras em Santa Felicidade, destinado ao ensino profissionalizante do curso de técnico em edificações; construção e iluminação de moderno conjunto esportivo; implantação do Centro Eletrônico do Colégio Estadual do Paraná; por doação obteve junto ao Município de Matinhos, área de terreno de 5.800 metros quadrados para a construção da colônia de férias dos funcionários e professores; tem dado permanente atenção a Associação de Pais e Mestres e com fundos arrecadados pela Associação adquiriu um ônibus para transporte dos alunos. O Professor Osni Dacol é pioneiro, no Paraná, na implantação da lei referente à reforma do ensino, que à época exigiu ampla adequação das instalações do Colégio Estadual do Paraná para sua aplicação. Nessa ocasião foram construídos vários laboratórios técnicos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nota-se, pois, pelo rol de realizações como diretor do complexo escolar do Colégio Estadual do Paraná, o trabalho produtivo desenvolvido pelo Professor Osni Dacol. Homem de caráter forte, simples, por índole e formação, educador do melhor nível, professor, antes de tudo. Pelos dez anos de direção do maior agrupamento escolar do Estado, Osni Dacol é merecedor desta homenagem da grande comunidade do Paraná.

Por estas principais razões, ouvido o Plenário e nos termos do Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa um voto de regozijo ao Professor Osni Dacol, solicitando, ainda, que da decisão plenária sejam cientificados o homenageado, o Secretário de Educação e o Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado, Palácios. Antes, porém, a Mesa registra, com satisfação, a presença em nossa galeria, da oitava série da Escola Nossa Senhora da Assunção, acompanhada pela irmã Maria

Gabriela Barbosa.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quinta-feira, dia 16, Santo Antônio da Platina sediava uma reunião em que alguns pretendiam chamá-la em defesa do meio ambiente. No entanto, naquela reunião não compareceram os Prefeitos do Norte Pioneiro. Não compareceram porque, há um mês atrás, exatamente no dia 16/07/79, na cidade de Jundiá do Sul, onde se reunia a AMUNORTE, Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, ficou determinado que naquele dia 16 de agosto, Ribeirão Claro deveria sediar uma reunião daquela Associação.

Nessa reunião de Ribeirão Claro compareceram os Prefeitos, para tratar de assuntos de interesse de sua área e de seus municípios. No entanto, coincidentemente no mesmo dia, e quase no mesmo horário reuniam-se em Santo Antônio da Platina, Prefeitos do Estado de São Paulo e também alguns Vereadores, para que lá se discutisse, também com agrônomos interessados, problemas de meio ambiente, relativos ao Vale do Paranaíba.

Mas ficamos estarelecidos com o que estampava a primeira página da "Folha de Londrina", de sexta-feira ou de sábado, porque aquele jornal, talvez informado por elementos que tinham outros interesses, dizia que os Prefeitos do Norte Pioneiro não haviam comparecido, ou melhor, haviam desaparecido misteriosamente. E venho aqui para defender aqueles Prefeitos, em primeiro lugar como compromisso anteriormente assumido e porque, mesmo assim, eles não teriam interesse em desaparecer de forma alguma, porque não vi até hoje, e quero que alguém aponte-me um deles que, tenha tido até hoje o uso da arma dos covardes.

E por isso mesmo, não aceito aquelas afirmações, e aqueles homens de sã consciência que conhecem aqueles homens, têm certeza que jamais eles fugiriam de suas obrigações. Evidentemente, se tratava de assuntos relativos à instalação da Braskraft. Nós vamos deixar bem claro, não somos defensores da Braskraft ou de qualquer outro grupo econômico. Mas, todavia, somos defensores de instalação de indústrias no Paraná.

No entanto, venho hoje aqui para me posicionar ante as pessoas e as atitudes daqueles Prefeitos, porque são eles homens suficientemente capazes de enfrentar e tomar posições que interessem e defendam realmente os interesses do seu povo.

E ainda havia mais uma declaração de um elemento desligado do Estado do Paraná, Vereador na cidade de Ourinhos, que, se imiscuindo nos problemas do Paraná dizia que o Prefeito de Santo Antônio da Platina havia se retirado da reunião porque havia recebido um telefonema da Diretoria da Braskraft. Isso é uma mentira deslavada e não aceitamos de forma alguma. E aquele homem como médico e como Prefeito, compareceu à reunião, e, num gesto de cortesia, saiu com a devida licença dos outros Prefeitos de uma reunião de Ribeirão Claro para dar abertura e recebê-los naquele município.

Todavia, recebeu um telefonema por ser médico, para um chamado de um atendimento em um hospital, e teve que se retirar da reunião, da qual antes disso solicitou a devida licença. E tentando desmanchar ou mudar a imagem de um homem que já pela terceira vez é Prefeito, de um homem que nunca se acovardou, de um homem que sempre enfrentou situações fossem qual fossem, nós não podemos aceitar as afirmações de que havia se retirado por determinação de alguém que houvesse telefonado daquela companhia.

Deixo aqui bem clara a minha posição em defesa dos Prefeitos do Norte Pioneiro. Quanto às suas atitudes, quanto ao assunto da indústria que se pretende instalar, se houver necessidade e se houver oportunidade de me posicionar, tomarei o devido posicionamento, mas, aqueles Prefeitos que numa reunião, anteriormente concluimos, havia sido marcada, não poderiam estar em dois lugares simultaneamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. — (Sem

revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana encontrava-me em Brasília, tratando de assuntos de interesse de Cascavel, junto aos Ministério do Interior e da Educação, quando recebi o impacto do acontecimento profundamente grave, que foi a morte do diretor do jornal "Frenteira do Iguaçu", Sr. Antônio Heleno dos Santos, ocorrido na madrugada da última terça-feira, na nossa cidade de Cascavel.

Ao retornar a esta Assembléia, tomei conhecimento de providências tomadas por Vossa Excelência, Senhor Presidente, designando três Deputados Estaduais para acompanhar as investigações "in loco" e nesta oportunidade, me parabeno pela escolha de pessoas deste Parlamento, com todas as condições para acompanhar de perto, as investigações e alcançar a elucidação do crime, que se constituiu na forma mais violenta de atingir a sociedade paranaense, especialmente, a nossa comunidade de Cascavel.

Quero, neste momento, unir ao gesto de dor e revolta dos Deputados que ocuparam esta tribuna, a minha manifestação de solidariedade aos funcionários do jornal "Frenteira do Iguaçu", à toda a imprensa cascavelense, especificamente à família de Antônio Heleno dos Santos, desaparecido de forma tão trágica.

Ao mesmo tempo, quero revelar aos ilustres Deputados Renato Bueno, Fuad Nacli e Fidelcino Tolentino, que ocuparam esta tribuna no dia posterior ao crime, ainda certamente, movidos mais pela emoção do que pela razão, de que não existe clima de tranqüilidade ou de desespero na cidade de Cascavel, mas sim, de revolta, principalmente das pessoas mais chegadas à família de Antônio Heleno dos Santos, com um crime, cuja brutalidade todos nós lamentamos.

Sr. Presidente, acho que os Deputados quando representam uma região, como é o nosso caso, devem, antes de mais nada, zelar pelo bom nome da cidade e da região e lamento profundamente que o Deputado emedebista Fidelcino Tolentino, ao fazer o registro do lutooso acontecimento, procurou, lamentavelmente, transformar um acontecimento triste para a comunidade oestina, num motivo de promoção pessoal. Suas palavras, pronunciadas da tribuna desta Casa, foram recebidas como um impacto em Cascavel; porque o Parlamentar, data vênica, do respeito que devo ter por Sua Excelência, fez insinuações maldosas, procurando lançar a discórdia e a confusão em nossos municípios, tentando se transformar em vítima de ameaças, quando todos sabem que Cascavel é uma cidade pacata e progressista, de povo trabalhador e ordeiro, onde os crimes acontecem como em qualquer parte do nosso País. Acontecem aqui mesmo em Curitiba. Enfim, acontecem nesta etapa difícil em que vivemos.

Em nenhum momento, o Deputado Tolentino veio à tribuna para mostrar a sua revolta com crimes odiosos, como por exemplo, aquele recentemente ocorrido na Gruta do Monge, na Lapa.

E nem por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquele local de atração turística ficou maculado pelo hediondo crime. E não podemos aceitar que um Deputado da Oposição, que também representa Cascavel nesta Assembléia, tenha coragem de dizer inverdades nesta tribuna, de levantar calúnias e de tentar envolver pessoas de bem em insinuações maldosas; quando em Cascavel...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O nobre orador tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Infelizmente, nós não teremos tempo para externar todo o nosso pensamento, mas só queria pedir ao Deputado Tolentino, que depois de desvendado

o crime, quero ouvir novamente Sua Excelência, para saber se ele terá coragem de vir à esta tribuna para saber e confessar a todo o Paraná que, distante de Cascavel, distante dos acontecimentos, venha a esta tribuna, talvez para fazer demagogia, num momento em que deveria registrar o seu luto pessoal, no instante em que tinha o direito de pedir justiça, mas não tinha o direito de caluniar sem dizer nomes, como se não fosse um Deputado, como se não tivesse a responsabilidade de representar o povo do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, no dia de hoje, para destacar um momento de grande importância para o Paraná e, porque não dizer, para o extremo sul do País. Pois, nesta manhã, estivemos no aeroporto recebendo, juntamente com a representação governamental, Suas Excelências os Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente, José Augusto Amaral de Souza e Jorge Konder Bornnhausen.

Estes Governadores encontram-se aqui na nossa Capital, no dia de hoje, tratando de assuntos referentes ao BRDE, a novas fontes energéticas e ao problema de reflorestamento, dentre outros assuntos.

Nós, que representamos nesta Casa uma região cuja população, em 80% deriva do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, aproveitamos a vinda de Suas Excelências, aqueles Governadores, para apresentarmos uma idéia que julgamos ser de fundamental importância para o desenvolvimento, tanto da região do Rio Grande do Sul, do Noroeste, da qual por felicidade o atual Governador do Rio Grande do Sul faz parte. O Oeste de Santa Catarina que também é povoado, na sua praticamente totalidade por homens advindos do Rio Grande do Sul. E nós irmanados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, de mãos dadas queremos conchamar aquelas autoridades executivas para, juntamente com os representantes do Poder Legislativo Estadual do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e demais Colegas desta Casa, que integram as Regiões do Oeste e do Sudoeste, do nosso Estado e mais os homens de boa vontade, para juntos cercarmos fileiras para reivindicarmos obras que julgamos, como disse-lhes de fundamental importância. Pois, o Rio Grande do Sul é grande produtor de maquinários e implementos agrícolas que vêm para Santa Catarina, que vêm para o Paraná e que hoje vão para a Região do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e outras regiões da Amazônia.

Produzem também, aquela Região do Noroeste e Oeste de Santa Catarina, produtos frigoríficos e outros gêneros de primeira necessidade. E nós, para competirmos com os demais mercados do nosso País, necessitamos também, mobilizar a nossa região com transporte mais econômico. E já que o Oeste lutou e vemos coroado de êxito o seu trabalho, para que seja construída a Ferrovia da Soja, ligando Foz do Iguaçu, ligando Guaíra, ligando a Região do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso do Norte; nós queríamos também conchamar a Casa, para irmanados, lutarmos juntos para que aquelas regiões do Noroeste do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina, com o Sudoeste do nosso Estado, sejam também ligados através de uma ferrovia, como ponto de fundamental importância, para o desenvolvimento das três regiões desses três Estados que formam o Extremo Sul do nosso País.

Meu muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para encaminhar um requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e à

Fundação Universidade Estadual de Londrina, encaminhando, Sr. Presidente, um expediente que recebemos da Loja Maçônica "Rui Barbosa", da cidade de Sertãoópolis, através do qual a referida loja reivindica a criação e instalação de uma escola agrícola de nível superior naquela cidade.

Peço permissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para proceder a leitura do expediente que recebemos e também aproveitar para reivindicar o apoio dos meus Colegas de bancada e dos meus Colegas do Partido da Situação.

(Lê): "A Loja Maçônica "Rui Barbosa", da cidade de Sertãoópolis, entidade que congrega em seu seio representantes de todas as classes sociais, permite-se dirigir a Vossa Excelência para, à guisa exclusivamente de colaboração, apresentar uma sugestão que, se concretizada, será altamente do agrado de toda a comunidade.

Como Vossa Excelência sabe, Sertãoópolis é uma região eminentemente agrícola e que, mercê da pujança do seu povo, da fertilidade de suas terras, coloca-se entre aquelas que mais têm produzido no setor agrícola, sendo apreciável os resultados obtidos com soja, trigo e café. No setor pecuário desnecessário seria qualquer comentário, tendo em vista que aqui encontra-se o melhor rebanho do País, na Fazenda Cachoeira.

Sertãoópolis não possui nenhuma escola de nível superior, sendo que as pessoas que pretendem atingir curso daquele nível, servem-se das Faculdades existentes na região, em especial, Londrina.

A comunidade sertanopolense tem necessidade de uma escola superior, para oferecer condições de formação de técnicos em agricultura, onde o mercado de trabalho é extenso.

Sabedores da grande preocupação de Vossa Excelência no aprimoramento do nível técnico de todas as classes trabalhadoras, conhecedor profundo de nossa região, permitem-se os membros da Loja "Rui Barbosa" desta cidade, enfileirando-se a outros grupos que esboçam movimento no sentido de reivindicar para nossa cidade a instalação de uma Escola Agrícola, dirigir-se a Vossa Excelência para, em nome de toda uma comunidade, solicitar os bons ofícios do eminente Deputado, junto à digna bancada do M.D.B., no sentido de que, dentro das possibilidades, seja Sertãoópolis contemplada com a instalação de uma Escola Agrícola, que é o sonho de todo bom sertanopolense.

Na certeza de que Vossa Excelência saberá interpretar a nossa interferência, unicamente como colaboração, espera e aguarda a concretização de tão almejado propósito.

Rogando a Deus, o "Grande Arquiteto do Universo", pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de seus ilustres Pares, apresenta as respeitadas saudações."

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e a Fundação Universidade Estadual de Londrina, encaminhando expediente oriundo da Loja Maçônica "Rui Barbosa", da cidade de Sertãoópolis, através do qual a mesma solicita a criação e instalação de uma Escola Agrícola, de nível superior, para oferecer condições de formação de técnicos em agricultura naquela região.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1979."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, como disseram os dirigentes da Loja Maçônica de Sertãoópolis, aquele município é uma região eminentemente agrícola, sendo também polo de uma outra região agrícola que compreende as cidades e os Municípios de Rancho Alegre, Primeiro de Maio, Sertaneja, Bela Vista do Paraíso e Alvorada do Sul.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a instalação de uma escola de nível superior naquele município se faz necessário, tendo em vista que a mais próxima escola nesse nível situa-se na cidade de Londrina, e a outra na cidade de Bandei-

rantes.

Entendo que esse município, na condição de um município que possui as melhores condições agrícolas da região, porque ali existem 950 pequenas propriedades agrícolas, e seus proprietários, na sua grande maioria, ali residem e convivem.

Por isso Sr. Presidente, entendemos da necessidade de se encaminhar este expediente, ao Sr. Secretário da Educação e à Universidade de Londrina, para que ambos analisem com critério, a reivindicação da Loja Maçônica "Rui Barbosa" de Sertãoópolis, e estude-se a possibilidade de ser instalada, mesmo que por extensão da própria Universidade de Londrina, uma escola agrícola de nível superior naquele município.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil todo, ontem, o Brasil intelectual, o Brasil consciente, o Brasil todo na expectativa de alterações de todo o quadro político, institucional, econômico e social do País, deve ter percebido, no programa "Abertura" da Rede Tupi de Televisão, em que uma das maiores autoridades do setor de televisão, Walter Clark, fez um comentário muito sério a respeito do comportamento da imprensa nacional, sobre problemas relacionados com a própria imprensa e com crimes de que tenha sido vítimas as pessoas da imprensa, como aconteceu, recentemente, em Cascavel.

Dizia aquele jornalista que a imprensa se constituiria no Quarto Poder, mas que este Quarto Poder se auto-limita por razões que ele mesmo ignorava, quando fatos hediondos acontecem a integrantes dessa classe.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no meu modo de ver, existe razão quanto às empresas que estão diretamente vinculadas aos interesses econômicos e grupais desses homens que estão mandando no País. E muitos jornalistas tem sacrificado a vida profissional, a sua inteligência, a serviço da abertura verdadeira da democracia do País.

E não é menos verdade, Sr. Presidente, que por questão, talvez de coincidência, aquele jornalista se referiu ao crime ocorrido em Cascavel.

E a imprensa, uma determinada imprensa de Cascavel, que mais se preocupa em dar cobertura ao Prefeito daquela cidade, nada mais fez do que lançar a sua ira contra este Deputado.

E o que me pasma, Sr. Presidente, não é só essa auto-limitação, essa auto-censura dessa chamada "imprensa dirigida", mas, sobretudo, um nobre Parlamentar deste Poder, ir à tribuna e fazer crítica a este Deputado, dizendo que, desta tribuna teria eu cometido calúnia. Não sei se esse nobre Deputado que recebeu, de mãos beijadas, esse mandato para vir a este Poder, com as forças do DER, com as forças da Prefeitura de Cascavel, não sei se tem legitimidade Sua Excelência para fazer acusações desta tribuna, Sr. Presidente!

O Sr. David Cheriegate — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que assegure-me a palavra, porque não interfeiri no pronunciamento daquele Deputado.

E digo, Sr. Presidente, calúnia não cometi, porque calúnia é um crime que está previsto no Código Penal e não me dirigi a quem quer que seja.

O Sr. David Cheriegate — Questão de ordem, Sr. Presidente, baseada no Artigo 97, § 4.º.

Não estou entendendo a posição do Deputado Fidelcino Tolentino, porque não fiz acusações a ele como ele está fazendo a mim, agora.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que assegure-me a palavra.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Comunico ao

nobre Deputado David Cheriegate que não procede a sua Questão de Ordem.

Asseguro a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E teria dito, aquele nobre Deputado, que teríamos cometido crime de calúnia.

Sr. Presidente, a calúnia só é possível e cabível quando dirigida a determinada pessoa, seja ela pessoa física ou pessoa jurídica.

Sr. Presidente, prossigo: dizia também que pretendia fazer promoção pessoal. Mas, promoção pessoal, Sr. Presidente, com um crime que é praticado nas vias públicas de maior movimento de Cascavel? Como outros que estão acontecendo de alguns tempos para cá? E que viemos, juntamente com eminentes Deputados da ARENA, pedir às autoridades constituídas que se avenham com essas questões sérias que estão acontecendo em Cascavel e em toda a Região Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não é possível, Sr.

Presidente, eu que toda a vida mantive uma ética neste Parlamento, que receba, agora, acusações dessa natureza.

A verdade, Sr. Presidente, é que o eminente Deputado disse que eu estava fazendo demagogia.

Entretanto, se a carapuça serviu, que ele faça dela bom proveito. Entretanto, tive o cuidado, Sr. Presidente, de não fazer menção a nome nenhum, porque quem fai fazer menção a nome são as investigações que eu reputo de, preliminarmente sérias, para chegarmos à verdade.

Ademais, Senhor Presidente, levantei dúvidas de onda de crimes que estão acontecendo. É verdade, levantei dúvidas, dúvidas quanto à autoria e dúvidas também, quanto aos objetivos a que servem esses tipos de crimes. O fato, Senhor Presidente, é que Sua Excelência se apressa em fazer um julgamento, e pega uma carruagem que passa pela poeira do Oeste sofrido e que ele, efetivamente, conheceu já com asfalto.

Entretanto, Senhor Presidente, faço um apelo: se não houvesse uma indisposição das autoridades constituídas de Cascavel, que desde que assumiram o poder é que a onda de crimes vem aumentando, não estaria a população danificando uma coroa de flores, que o Prefeito de Cascavel mandou para o funeral, e os populares danificaram e os jornais estão publicando.

Senhor Presidente, é contristador e concluo, que no Oeste do Paraná, na chamada Capital do Oeste do Paraná, ainda tenham pessoas que por subjetivismo, ou por interesse subalterno, venham aqui defender aqueles que estão criando problemas de natureza política e social em Cascavel.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Com base no artigo 25, inciso 16, solicito das notas taquigráficas que mandem expungir as palavras ofensivas aos Senhores Deputados do Plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência mandou expungir das notas taquigráficas as palavras ofensivas. Parece-me datíssima vênica, Senhor Presidente, que a taquigrafia jamais pode julgar quais são as palavras que sejam ou não ofensivas, e peço a Vossa Excelência que submeta a este Deputado, porque foram proferidas por este Deputado. Porque se eu considerar que não foram ofensivas, daí então eu recorro ao Plenário, para que elas fiquem transcritas nos Anais desta Casa, como história para os nossos póstumos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Esta Presidência vai mandar verificar as notas taquigráficas e se porventura haja as palavras, vamos mandar expungir.

Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos com toda a atenção, as palavras do nobre Colega, Deputado Florisvaldo Palácios, quando retratou as suas impressões e o seu depoimento, diante da reunião de Prefeitos da Associação de Municípios do Norte do Estado, realizada em Ribeirão Claro e nós estamos acompanhando todo o noticiário que se espalha por todo o Estado, a respeito da pretensão do Governo do Estado em instalar na Bacia do Rio Paranapanema, uma das fábricas que maior celeuma tem causado nos últimos tempos, na região Sul do Brasil.

Estivemos como convidado em uma reunião feita simultaneamente àquela de Ribeirão Claro, na cidade de Santo Antônio da Platina, na nossa condição de Presidente da Comissão Técnica Permanente de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia. Lá estava o Deputado Tadeu Lúcio Machado, representante daquela região nesta Casa. Lá estava o Deputado Deni Schwartz na sua condição de ex-Prefeito, engenheiro e membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Sentimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados que, entre todas as acusações feitas, entre toda a grita provocada, alguns pontos altamente positivos têm que vir dessas reuniões e dessas discussões. Porque já na Região do Norte Pioneiro acaba de ser fundada a Associação de Preservação da Ecologia e Meio Ambiente daquela parte do Estado, que já é um resultado altamente positivo.

E é preciso Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um assunto da importância desse que envolve não só a Braskraft no Município de Sengés, mas também a Brscan na Bacia do Rio Iguaçu, como também o processo acelerado de poluição e desintegração do Rio Tibagi, na altura do Município de Palmeira e do Município de Telêmaco Borba.

É preciso então, que esta Casa não aceite apenas a argumentação daqueles que têm interesse direto no assunto, porque é evidente que o Estado de São Paulo não estaria disposto a perder um empreendimento industrial daquele porte, se não tivesse razões acentuadas para isso. Como também, não podemos a princípio acreditar que toda a honra moral, profissional e técnica dos assessores da Secretaria do Interior, da Secretaria da Indústria e Comércio, do próprio Governo do Estado, da SUREHMA, fossem colocadas ladeira abaixo apenas pelo interesse de servir a uma empresa de grande porte.

Então, é preciso que todos nós, emoção de lado e a razão funcionando, saibamos nos reunir e encontrar para o Paraná o melhor caninho e o melhor destino. Porque talvez mais interessante que alguns milhares de cruzeiros, seja o nosso compromisso o qual é com as gerações futuras, no tocante à preservação dos nossos recursos naturais.

Mas sei também, Sr. Presidente, que isso exige uma tomada de posição de todo este Poder, em relação à dilapidação do patrimônio de recursos naturais do Estado, que está sendo feita não apenas na Bacia do Paranapanema, mas também na Bacia do Tibagi e na Bacia do Iguaçu.

E assim porque, embora o Deputado Deni Schwartz, designado naquela oportunidade o Relator de todas as ponderações e de todas as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem um minuto, para concluir seu pronunciamento.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluirei, Senhor Presidente.

De todas as colocações postas em discussão naquela reunião de Santo Antônio da Platina e aqui ele estará nas próximas horas para fazer esse relatório. Mas é preciso que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, na reunião que está convocada para o dia 28, tenha também a presença dos Senhores Deputados do Norte Pioneiro, para juntos podermos

estudar, analisar o assunto e tomar diante dele uma posição coerente, científica, e acima de tudo, voltada para os interesses legítimos do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lê): "Em Plenário discute-se hoje o anteprojeto governamental, que objetiva a abertura de um crédito especial para fazer face a despesas com o funcionalismo estadual. Tal matéria vem a ordem do dia após receber pareceres favoráveis das comissões técnicas da Casa. Na Comissão de Constituição e Justiça, os Srs. Deputados da ARENA e MDB, analisaram seus aspectos constitucionais e Jurídicos. Na de Finanças houve o crivo sob o aspecto financeiro e suas implicações no orçamento estadual. As duas Comissões a aprovaram por unanimidade, sem nenhuma restrição.

Neste local, a discussão e votação da mensagem governamental, assume um caráter nitidamente político, por duas razões fundamentais: a primeira, porque os detalhes técnicos e jurídicos já foram esmiuçados nas respectivas comissões permanentes deste Poder, e a segunda porque já se ouviu aqui colocações improcedentes de quem só se preocupa com críticas ao atual Governador, sem considerar os aspectos extremamente benéficos do anteprojeto em votação.

Dentro deste prisma, julgo conveniente esboçar uma rápida análise do plano de lei do eminente Governador Ney Braga, que se insere nas diretrizes governamentais orientadas para a valorização da pessoa humana e que evidencia uma marcada preocupação com o prestigiamento e apoio à laboriosa classe dos Servidores Públicos do Paraná.

Veja-se que o crédito proposto tem sua origem em benefícios funcionais ou salariais, concedidos ou em via de concessão a, pelo menos, 13 categorias de servidores públicos; das mais humildes, como a carreira de serventes, às mais graduadas como a da magistratura, valendo destacar que muitos desses benefícios decorrem de projetos apreciados e aprovados nesta Casa e, cuja efetivação se viabilizará pela concessão do crédito em discussão.

Merece especial atenção em análise sobre o número de servidores que serão beneficiados pelo conjunto de medidas referenciadas na exposição justificativa que acompanhou a mensagem governamental.

A elevação da gratificação de função Policial-Militar e a elevação do teto para a concessão da gratificação de tempo integral da Polícia Civil, trouxe benefícios imediatos a cerca de 15.000 servidores vinculados à Secretaria da Segurança Pública.

O concurso de promoção de professores, justa e antiga reivindicação do educador paranaense, associada com a transposição para o quadro de especialistas, representa um benefício para aproximadamente 8.000 integrantes da nobre classe do magistério.

A gratificação de Regência, justo prêmio para o professor primário que, em sala de aula devota sua existência à educação de nossos filhos, deverá ser concedida a cerca de 9.000 integrantes desta categoria do magistério.

A efetivação do professor exclusivamente suplementarista, cuja lei autorizada acha-se também em tramitação nesta Assembléia, além de representar uma solução definitiva para uma série de problemas relacionados a esta categoria de servidores públicos, problemas estes bem conhecidos por Vossas Excelências e tantas vezes discutidos neste plenário, significará a extensão de benefícios funcionais a cerca de 5.000 professores.

Quase que com as mesmas características e visando o mesmo propósito de oferecimento de solução estável para a ca-

tegoria funcional denominada "Pessoal Suplementar", pretende o Governo transferir os quase 6.500 servidores do quadro suplementar para o quadro único de pessoal, eliminando assim o tratamento discriminativo gerado pela impossibilidade de melhor regulamentação do seu peculiar regime de trabalho.

A reorganização e reestruturação do quadro da Coordenação da Receita do Estado, órgão responsável pela orientação ao contribuinte e pela regularidade da arrecadação estadual, permitirá a sua adequação às características dinâmicas da estrutura de produção do Estado e à valorização dos seus quase 2.000 servidores.

A Lei n.º 7.050, popularmente conhecida como "Lei Mineira", já possibilitou a cerca de 2.000 funcionários anteciparem as suas aposentadorias, em prêmio àqueles que tantos anos de sua vida dedicaram à causa pública e ao bem servir nossa comunidade.

Os concursos realizados para o preenchimento de cargos no Ensino de primeiro grau, representaram concomitantemente, a possibilidade de oferta de maior número de vagas para as crianças paranaenses e a geração de 6.200 novos empregos para a nossa população.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, ao agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede, devo, por uma questão de justiça, em primeiro lugar louvar a iniciativa de Vossa Excelência de fazer um pronunciamento de matéria tão relevante. Vossa Excelência na exposição que faz neste plenário, ressalta com muita propriedade, os aspectos positivos da mensagem que ora tramita nesta Casa. E Vossa Excelência toca num ponto importante, que sensibiliza a todos nós; e que deve sensibilizar, particularmente, ao Parlamentar, que tem aqui atribuições e que tem aqui responsabilidades para com a grande comunidade.

Desta comunidade, permito-me dizer a Vossa Excelência, que faz parte um elenco de paranaenses, cuja prestação de serviços é reconhecida permanentemente, é a classe dos servidores públicos. Entendemos, nesta classe, todas as categorias profissionais.

Vossa Excelência discorre esplendidamente, ao mencionar a importância da mensagem, o alcance que se reveste esta mensagem. Mas permita-me Deputado Luiz Alberto, particularmente, aqui posicionar o aspecto invocado por Vossa Excelência, referente aos professores do Estado do Paraná. E dizer, apoiando inteiramente a tese de Vossa Excelência, que se nós que estamos acompanhando, intimamente, as reivindicações dos professores, todos nós Deputados, não podemos nesta hora, absolutamente, negar o nosso voto favorável e o nosso apoio à esta mensagem, que tramita na Assembléia, neste momento, e que é objeto deste pronunciamento de Vossa Excelência. Porque é a aprovação desta mensagem que vai criar as condições legais, para que o professorado suplementarista de nosso Estado ganhe a sua efetivação.

É através da aprovação desta mensagem que Vossa Excelência focaliza, que a Secretaria de Educação poderá cumprir vários dispositivos do Estatuto do Magistério, consolidando, na prática, as conquistas, os benefícios auferidos em consequência do próprio Estatuto do Magistério. De nada adianta, Deputado Luiz Alberto, nós aqui proclamarmos as necessidades do Magistério paranaense, do professor paranaense, se é um momento em que podemos oferecer ao Governo as condições para que o mesmo coloque em prática aquilo que está expresso na lei, se neste momento, esta Casa nega o seu apoio a uma mensagem de cunho social tão grande quanto esta mensagem que estamos apreciando presentemente, aqui nesta Assembléia, presentemente. Por isso, Deputado Luiz Alberto, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência. A ele empresto todo o meu apoio e devo reconhecer que nós realmente precisamos enca-

rar com esta seriedade, com esta responsabilidade, uma mensagem de tamanha importância e de repercussão social tão grande.

De nada adianta bradarmos aqui por vantagens, por benefícios, por reivindicações, se ao momento em que temos o instrumental ao nosso alcance, para ajudar na conquista desses benefícios, nós negamos o nosso apoio.

Meus parabéns a Vossa Excelência e o meu louvor ao Governo do Estado, por tratar dessa matéria com este senso de responsabilidade.

Muito obrigado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

O pronunciamento de Vossa Excelência na tarde de hoje é uma valiosa contribuição à Liderança do Governo nesta Casa.

Porque após o pronunciamento de Vossa Excelência, nenhum dos Deputados da ARENA, terá necessidade de justificar a Mensagem do Sr. Governador do Estado, solicitando esta abertura de crédito especial.

E nós achamos importantíssimo o pronunciamento de Vossa Excelência porque o que assistimos na Assembléia Legislativa, na última quinta-feira, foi um fato realmente estranhável, por parte de alguns dos Srs. nobres Deputados da Oposição. Retiraram-se do plenário, a fim de que não houvesse número suficiente, para a aprovação de matéria tão importante, importância esta realçada pelo pronunciamento de Vossa Excelência e pelo aparte do Sr. Vice-Líder, Deputado Airton Cordeiro.

E nós estranhamos aquele comportamento, embora reconheçamos que é um recurso legítimo, é um recurso regimental, é um recurso da Oposição; é o direito de esparnear. Agora, nós estranhamos aquele procedimento; e também o requerimento encaminhado pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando informações como condição "sine qua non" para votação daquela matéria, porque é da Oposição que partem realmente os maiores apelos ao Governo do Estado, para que detenha a onda de criminalidade, que se encontra, que vem avançando muito sobre o Estado.

No instante em que o Governo manda aqui uma mensagem, propondo um aumento de gratificação, um aumento de vencimentos à Polícia Civil, propondo um aumento efetivo no quadro da Polícia Civil, a Oposição vem e obstrui a apreciação desta matéria. A Oposição, como gritado tem, durante todos esses anos, pela efetivação dos suplementaristas, das mais justas reivindicações do professor suplementarista, das mais coerentes, aos pronunciamentos de todos os Srs. Deputados em favor desta medida humana, prometida por tantos Governos, mas só adotada por Ney Braga ao enviar a mensagem a esta Casa.

No instante em que o Governo pede crédito especial, para que uma vez aprovada a sua mensagem, de efetivação aos suplementaristas, tem os recursos necessários para fazê-lo. Vem a Oposição e procura obstruir a votação da mensagem.

E eu iria, por mais tempo ainda, mostrando as incoerências. Todavia, eu não quero privar Vossa Excelência do tempo necessário, para o brilhante pronunciamento que vem fazendo.

Mas, em nome da Liderança do Governo e da bancada da ARENA, eu agradeço a Vossa Excelência por esta inestimável contribuição, que vem prestando, na tramitação da matéria.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço os dois brilhantes apartes dos eminentes Deputados Airton Cordeiro, Vice-Líder da ARENA e do Governo e do Deputado Erondy Silvério, Líder da bancada nesta Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permitirei, tão logo possa responder os apartes dos eminentes Deputados.

Realmente, o Deputado Airton Cordeiro, com o seu poder de síntese, focalizou um aspecto extremamente importante neste seu aparte. É que o Estado, com esta mensagem, procura bus-

car os meios necessários à concretização de medidas extremamente salutares, necessárias, para que o professorado do Paraná tenha tranquilidade salarial suficiente para exercer condignamente o seu magistério nas salas de aula.

Por outro lado, o Deputado Erondy Silvério focalizou um aspecto muito importante da mensagem governamental: são 15 mil servidores da área da Polícia Militar e da área da Polícia Civil que haverão de ter um aumento substancial em seus salários, para que possam cada vez mais, efetivamente contribuir na luta contra a criminalidade no Estado do Paraná.

Concedo o aparte, com prazer, ao Deputado Tolentino. O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado. Eminentíssimo Deputado, pareceu-nos: que, especialmente o eminente Líder do Governo, quis colocar nas costas já seviçadas pela luta que vem tendo a Oposição, mais este encargo, mais esta ferida, mais esta dor, dizendo que a Oposição grita, porque está acontecendo uma onda de crimes no Estado; grita porque o funcionalismo público está ganhando pouco; grita porque quer a Oposição que os suplementaristas sejam incorporados ao quadro de efetivos do Estado.

Evidentemente, que a Oposição tem-se posicionado e Vossas Excelências têm reconhecido isso. O que a Oposição deseja, Deputado, não é ceifar, impedir, obstruir esse plano de lei, ao contrário, a Oposição, quer, deseja, que fique muito claro que esta quantia, ou parcela dela, se destine exclusivamente para o benefício do funcionalismo público, e está muito bem consignado no pedido de informações.

Porque cabe à Oposição de qualquer País, pretender saber a destinação de verbas, porque na mensagem de Sua Excelência, o Governador, ele faz uma série de referências a leis, mas são leis que pegam uma pequena faixa de funcionalismo público, e são os pequenos servidores...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... Vossa Excelência não prestou atenção no aparte do Deputado Erondy Silvério, como também, provavelmente, não teve a acuidade que lhe é peculiar, ao ler a Mensagem do Governador Ney Braga.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... é engano de Vossa Excelência e, inclusive, Vossa Excelência trabalha bem da tribuna, quando coloca suas palavras, e é de se reconhecer a destreza que tem Vossa Excelência em ver curvas no pensamento verdadeiro. Eu reconheço isso, porque é uma vantagem pessoal...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência tem a mensagem em mãos? Se Vossa Excelência verificar e ler a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem do Governador Ney Braga...

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... Exatamente por isso que estou me louvando, Sr. Deputado, para fazer este aparte. O que nós queremos é tomar alguns esclarecimentos. E vou dizer mais, adianto a Vossa Excelência: a Oposição está vivamente, mas vivamente atenta à aprovação de medidas e de verbas suplementares para que o Governo possa melhorar o...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu não esperava outro comportamento de Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu não entendi...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... eu não esperava outro comportamento de Vossa Excelência, que não este.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... mas evidentemente, agora, nós também esperamos dos eminentes homens da Situação, ou da ARENA, nesta Casa, que dêem aos homens da Oposição as respostas que nós precisamos, não dos Deputados, por motivos egoísticos, ou, então, por promoção, como já alguém falou, mas apenas para nos situar com racionalidade diante daquilo que será colocado. Agora, na Exposição de Motivos tem uma coisa...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu me coloco à disposição de Vossa Excelência para discutir qualquer aspecto da mensagem.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... muito bem feita a explanação na Exposição de Motivos. Mas, se se fizer uma análise profun-

da das suas causas e efeitos, vamos verificar que, realmente, não vai necessitar o Governo desta quantia para suprir caixa para pagamento de funcionalismo público. Somente basta verificar no Orçamento.

Então, o Governo não está utilizando das verbas orçamentárias para fazer pagamento dos funcionários.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Ou Vossa Excelência não acredita na mensagem, ou Vossa Excelência não teve o cuidado de ler a Exposição de Motivos encaminhada pelo professor Véspero Mendes, Secretário do Planejamento. Porque, na página 3, da Exposição de Motivos, no sumário do montante dos dispêndios, há uma análise, inclusive quantitativa e numérica, a respeito de como será aplicado o total dos recursos pleiteados.

Os dispêndios, diz a mensagem, entretanto, deverão atingir a 9 bilhões, 754 milhões, isto é, 895 milhões acima da cobertura orçamentária existente.

Tal montante resulta do somatório das seguintes parcelas: despesas de 1978, acrescidas de 40%: 8 bilhões, 639 milhões.

E Vossa Excelência sabe por quê? Porque estava previsto, no Orçamento de 1978, um aumento de salário para o funcionário público da ordem de 30%.

Este Governo e esta Casa, aprovaram a Mensagem com um percentual de 40%.

A antecipação de reajustes para os membros da Magistratura, para o Ministério Público, para os Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, antecipação dos reajustes de março para janeiro, num montante de 52 milhões de cruzeiros; a concessão de benefícios legais: 45 milhões de cruzeiros; a gratificação de regência, para nove mil professores, medida sonhada, Deputado, medida acalentada pelas mestras que ficam nas escolas isoladas do Interior do Paraná, ou nas salas do Colégio Estadual do Paraná. Essa medida tem extremo alcance social e de justiça, porque os professores — aí, sim — terão um estímulo a mais para lecionarem com amor, com dedicação e com carinho — 45 milhões de cruzeiros.

Nomeação de dois mil professores, importa em 75 milhões de cruzeiros; benefícios concedidos pelas leis relacionadas — leis que Vossa Excelência deve conhecer — 376 milhões de cruzeiros.

Antecipação das aposentadorias: 48 milhões de cruzeiros; Preenchimento dos cargos — como os cargos da Coordenação da Receita Estadual — 325 milhões de cruzeiros.

Providências em fase de implementação — quais são essas providências? É a Lei da Estabilidade: 146 milhões de cruzeiros.

Vossa Excelência tem, aí, discriminados, item por item. O Sr. Fidelcino Tolentino — Só que Vossa Excelência se louva somente na Exposição de Motivos...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E no bom senso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — ... perfeitamente, no bom senso.

Mas, evidentemente, que Vossa Excelência olhando o Orçamento, vai perceber: os que planejaram o Orçamento, segundo as deduções da própria Exposição de Motivos, não laboraram com boa fé, ou com tirocinio percebendo esta inflação que é incontestável, nos orçamentos.

Mas, está previsto no Orçamento, nobre Deputado, porque hoje, nobre Deputado, o dispêndio para o funcionalismo, alcança 5 bilhões e 900 mil cruzeiros.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está equivocado. Se Vossa Excelência tiver o Orçamento em mãos, podemos analisar.

As despesas com pessoal do Estado vão a 9 bilhões e 750 milhões de cruzeiros, enquanto que o Orçamento do Estado tem uma arrecadação total de 18 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Vossa Excelência verifique que dos recursos orçamentários do Tesouro, o Estado gasta 50% com pessoal. Vossa Excelência diz que o Estado gasta 5 milhões, e eu tenho que contradizer Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Não, estou dizendo que na época

em que foi feito o Orçamento, era cinco bilhões e novecentos e o Orçamento prevê uma verba de oito bilhões. Mais de oito bilhões, mas que até agora o Orçamento do Estado não alcançou esta cifra prevista no Orçamento.

Quanto é que o Estado vai precisar - deixe eu concluir o raciocínio - quanto é que o Estado vai precisar para completar os nove bilhões que Vossa Excelência fala e que a mensagem fala. Somente no mês de dezembro, Deputado, conforme a exposição que já fiz aqui desta tribuna.

Então, não encontramos nenhuma justificativa para o Governo antecipar esse pedido de suprimento de caixa para essa finalidade e o que nós queremos dizer é que estamos de acordo em que o Governo faça o suprimento, mas onde está os vinte e cinco por cento já previsto no Orçamento, para verba suplementar? O que o Governo fez com os vinte e cinco por cento previstos na Lei Orçamentária?

Então, são perguntas que a Oposição precisa fazer para o Paraná, que faz a sua contribuição para o Estado, para o Tesouro do Estado aplicar as verbas. Compete ao povo do Paraná, aqui representado, saber.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, apenas para comunicar à Mesa que o nobre Deputado ocupará também o horário da Liderança.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Agradeço ao eminente Líder, Deputado Erondy Silvério, o que me dá oportunidade de continuar a dialogar com o Deputado Tolentino.

Se Vossa Excelência fizer esse raciocínio, significa que Vossa Excelência irá fazer com que o Governo do Estado, não tendo autorização legislativa neste momento, chegue ao final do ano, sem condições de fazer o pagamento ao funcionalismo público estadual, porque não terá autorização legislativa necessária para fazer a mudança das verbas orçamentárias.

Vossa Excelência, aí sim, irá cometer um imperdoável crime contra o funcionalismo estadual.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Mas Deputado, não vejo razão para o Governo não nos dizer, não responder às questões que nós estamos levantando.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Mas respondo a Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Quero concluir, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Quaisquer perguntas que Vossa Excelência tenha disposição de fazer, julgo que tenho condições de trazer a resposta.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Mas então, excelente. Vossa Excelência responde, e as indagações estão no requerimento que está na mesa para efeito de consideração.

Quando serão aplicadas essas verbas? E elas...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Na medida em que...

O Sr. Fidelcino Tolentino - Mas é muito vago, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Na medida em que as autorizações legislativas entrarem em vigor.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Os cinco primeiros níveis estão encavalados e Vossa Excelência veja. No Poder Judiciário, por exemplo, foi antecipada a quantia do mês de março para fevereiro. Isso criou um dispêndio de cinquenta e dois milhões de cruzeiros para o Tesouro do Estado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Para todo o Poder Judiciário. Para os juizes, para os promotores...

O Sr. Fidelcino Tolentino - Seja como for, a Lei Orgânica da Magistratura não prevê isso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - ...promotores, para os homens do Tribunal de Alçada, para os homens do Tribunal de Justiça. Aí Vossa Excelência localiza cinquenta e dois milhões de cruzeiros.

Vossa Excelência está perguntando...

O Sr. Fidelcino Tolentino - Mas a mensagem fala da aposentadoria da Lei Mineira e justificando que...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - A Mesa assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência permite-me só para continuar?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Permito, desde que dentro de um clima de ordem, pois nós podemos conversar, porque senão não consigo entender Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Não terminei de expor, Deputado, só isso. Quero expor só mais uma parcela para Vossa Excelência depois poder contestar. A questão da reclassificação, a questão da Polícia Civil, a questão da Procuradoria Geral, ou dos Procuradores do Estado, tudo isso deveria, e estava previsto no Orçamento. Agora, o que queremos saber, é por que o Governo precisa de oitocentos e noventa e cinco milhões, quando ele vai empregar tudo isso, que nós sabemos? A não ser, e tem mais, lembrei-me agora, é justamente o que ele faz invocação à Lei Mineira da aposentadoria.

Ora, se se aposentam alguns e não está havendo concurso no Estado, é porque evidentemente isso não traz dispêndio para o Tesouro do Estado. Isto é uma anomalia na mensagem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Esse raciocínio de Vossa Excelência realmente é muito simplista.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Simplista, mas incontestável.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência sabe, Deputado que diversos funcionários públicos ocuparam

cargos em Comissão e se aposentaram não com o vencimento normal de funcionário público, mas sim, com os vencimentos majorados em função de terem ocupado ou por um ano, ou por cinco intercalados, os cargos em Comissão no Estado. E Vossa Excelência sabe que o funcionário público quando se aposenta, ele conta tempo de serviço, cinco por cento a cada ano. Vossa Excelência conhece os benefícios do Estatuto do Funcionário Público, como Vossa Excelência também sabe, nobre Deputado, que algumas medidas já estão em execução como a gratificação do servidor da Secretaria da Segurança Pública.

E Vossa Excelência sabe que medidas entrarão em vigor após aprovação de planos de lei que estão em discussão nesta Casa, como é o caso da estabilidade para os professores suplementaristas; como é o caso, meu caro Deputado Fidelcino Tolentino, e presto aqui uma homenagem a um Deputado que muito tempo lutou pela classe das serventes, um Deputado do seu partido, Domicílio Scaramella, que falava e que nos relatava quantas vezes nesta Casa, a situação aflitiva das serventes.

O que o Governo quer, nobre Deputado, são recursos para fazer um pagamento justo às serventes que tantos anos estavam numa situação precária no Estado do Paraná. Creio que Vossa Excelência encontrará, lendo com acuidade, todas as respostas do seu requerimento na própria Exposição de Motivos encaminhada detalhadamente. E quero fazer justiça a uma das maiores capacidades em termos administrativos que o Estado do Paraná tem, que é o professor Véspero Mendes. Um homem brilhante sob todos os aspectos. Não falo no seu lado como administrador dos mais capazes neste Estado, mas também, como um homem que tem profundo sentimento humano e dimensão humana do problema do funcionalismo público.

Sua Excelência o professor Véspero Mendes fez na Exposição de Motivos que encaminhou ao Governador Ney Braga para que ele mandasse esta mensagem à Assembléia, uma análise completa, a mais detalhada possível. Eu mesmo, nobre Deputado, quando relatei na Comissão de Constituição e Justiça a mensagem que criava e que dava organicidade à Secretaria de

Cultura e Esporte, fiz referência que o Governo não mandava uma exposição de motivos detalhada naquela ocasião, para esta Casa, coisa que foi suprida depois, graças à interveniência da Liderança desta bancada.

Mas esta mensagem, quero congratular-me com o Poder Executivo, porque realmente mandou todos os elementos necessários, a análise total da mensagem ora em discussão.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte, para eu concluir o aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Queria fazer uma proposta a Vossa Excelência. Que também Vossa Excelência cedesse o tempo da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro para que pudesse concluir meu pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só quero concluir, se Vossa Excelência permite-me. A palavra é de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Como não! Permito com muito prazer.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Se a bancada da ARENA está tão zelosa em diligenciar para que este empréstimo seja aprovado, que não é menos verdade na bancada da Oposição. O que a Oposição deseja é esclarecimentos, pura e simplesmente. Uma vez feito isso, e é exatamente neste sentido que faço um apelo à Liderança, que nós nos contentaremos com as explicações, se vierem, naturalmente, concluir pelos objetivos que a mensagem declara.

Se as verbas forem realmente destinadas especificamente ao funcionalismo público, principalmente aos mais carentes, nós estaremos de pleno acordo, está resolvida a questão e não se fala mais nela.

Então, nobre Deputado, não vejo porque essa irredutibilidade da bancada da ARENA em não querer apreciar aquelas proposições que o MDB faz aqui através de um requerimento encaminhado à Mesa. Vossa Excelência respondeu e satisfaz a esses objetivos. Estaremos votando favoravelmente, como também, não queremos negar ao funcionalismo, nenhum milímetro do direito que lhe é devido. Só isso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria de responder ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino. Parece que a bancada da ARENA, agora, é irredutível nas suas posições, é o contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta mensagem foi objeto de análise na CCJ, todos os Deputados presentes naquela Comissão Técnica, onde poderia ser analisado mais detalhadamente, qualquer aspecto legal, constitucional, foi uma reunião totalmente aberta. Todos os Deputados da ARENA e MDB tiveram condições na CCJ, nobres Srs. Deputados, de analisar todos esses aspectos, naqueles órgãos que são os órgãos técnicos deste Parlamento. É que as perguntas formuladas pelo Deputado Fidelcino Tolentino no plenário, eram pertinentes. Porque aqui se analisa o aspecto político das questões, e nas Comissões devem ser analisados os problemas técnicos das mensagens e dos projetos de lei. Mas não só na CCJ, também na Comissão de Orçamento, na Comissão de Finanças, houve a oportunidade para que os Deputados tão cuidadosos das suas posições, pudessem analisar a mensagem detalhadamente. O que é que nós verificamos. Não houve um voto discordante nas Comissões; esta mensagem está nesta Casa com o prazo constitucional de 45 dias.

Mas não houve por parte de nenhum Deputado, o interesse de discutí-la nos órgãos técnicos. Agora, aqui no plenário, vem à baila este assunto, que fizeram aqui a respeito desta mensagem algumas colocações totalmente infundadas e improcedentes. Disse por exemplo, o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que a mensagem, quando falava na gratificação para a Polícia Civil e Militar era um dispêndio irrelevante para o Estado do Paraná. Sua Excelência estava totalmente equivocado, porque a gratificação...

(Uma parte inaudível, por interferências de apartes paralelos)

representa vinte por cento do total da folha de pagamento do Estado, é mais do que cento e quarenta milhões de cruzeiros que o Estado vai gastar com a gratificação da Polícia Militar e com os homens da Polícia Militar. Disse até, pelos jornais, que esta mensagem, pasmem os Srs. Deputados, até no jornal "O Estado do Paraná" houve uma matéria em que se dizia que a mensagem iria beneficiar apenas dez por cento do funcionalismo do Estado do Paraná. Ora, Srs. Deputados, todos nós, Deputados Estaduais, sabemos que o Paraná tem o seu quadro de Pessoal Estatutário, 72.000 funcionários, e esta mensagem, tenho o prazer de anunciar à Casa, vai beneficiar 49.500 pessoas.

Exatamente, mais de sessenta e cinco por cento do funcionalismo estadual. Estas posições é que precisam ser analisadas, do plenário. Não é possível, que se diga no jornal "A Tribuna" que uma mensagem que vai gastar oitocentos e noventa e cinco bilhões de cruzeiros, vá beneficiar apenas a dez por cento do funcionalismo público.

Pelo contrário, o interesse do Governador Ney Braga é valorizar a classe dos servidores públicos. E aqueles que fizeram colocações, as considero desprovidas do bom senso, porque não é possível que uma mensagem com esse largo alcance, da tribuna, possa criar este tipo de indagação por aparte de Deputados que são tão cuidadosos.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite-me um aparte?

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permito, Deputado Lineu Turra e depois, ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Luiz Alberto, queria discordar de algumas colocações de Vossa Excelência, data vênica. É que Vossa Excelência se refere à passagem da mensagem pelas Comissões técnicas, e que todos os Deputados teriam a oportunidade de solicitar as informações a respeito da matéria, naquela oportunidade da apreciação da mesma nas Comissões. É que nem todos os Deputados fazem parte destas Comissões, e o Regimento interno diz em que oportunidade se pode pedir informações a respeito da matéria. O Regimento Interno fala que qualquer Deputado tem oportunidade de pedir informações sobre matéria em tramitação na Casa.

Portanto, não vejo intempestividade no pedido de informações do Deputado Tolentino.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência concorda comigo em que nos órgãos técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tímpanos) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O Sr. Lineu Turra — Esta é a colocação. Agora Vossa Excelência elogia tanto as autoridades que elaboraram o projeto, a mensagem...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Rápido, Deputado, para que possa concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Lineu Turra — Mas, Vossa Excelência concedeu-me o aparte e agora não me deixa falar!

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não, tenho prazer em conceder o aparte, e já pedi para que a bancada do MDB cedesse o seu horário.

O Sr. Lineu Turra — Já vi tantas vezes... (conversas paralelas)

Vossa Excelência fazer seus mesmos elogios àquelas autoridades que fracassaram no planejamento, inclusive na elaboração orçamentária e trouxeram a balbúrdia...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está equivocado. (conversas paralelas).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência está sendo totalmente incoerente na defesa da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tímpanos). A Presidência assegura a palavra ao Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência, Sr.

Deputado, que pede reajuste para o funcionário e na hora não vota as mensagens necessárias para o funcionalismo. Concedo o aparte ao Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência tem colocado a matéria de uma forma distorcida. Não conclui o meu aparte e Vossa Excelência dá o aparte para outro? Vossa Excelência até no tratamento se faz discriminação?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Presidência comunica que está esgotado o prazo de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito prorrogação de dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — É improrrogável o prazo de Vossa Excelência, no horário da Liderança. Está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Só para concluir, Sr. Presidente.

Os demais benefícios, concedidos por leis específicas, atingem a outros dois mil servidores estaduais de diferentes categorias funcionais.

Além disso, os concursos na Polícia Civil em várias carreiras policiais e na Educação para a contratação de serventes, deverão representar perspectivas de emprego para aproximadamente mil paranaenses.

Como podem perceber Vossas Excelências, o Crédito Especial em análise nesta Casa, assim como as mensagens referentes à inclusão dos professores suplementaristas e do pessoal do quadro suplementar no quadro único do Estado, se revestem do mais profundo alcance social.

Tais medidas, em seu conjunto, além de contribuírem para a geração de empregos, beneficiam cerca de 49.500 servidores estaduais. Não, a dez por cento apenas do funcionalismo, como se chegou a afirmar levemente nesta Casa e pelos jornais.

Considere neste pronunciamento ademais, dispensáveis as referências aos valores inerentes a cada medida, por considerar que o mesmo se acha claramente indicado e justificado na Exposição de Motivos do Sr. Secretário, Professor Vesperto Mendes, do Planejamento, que acompanhou a mensagem do Executivo.

Srs. Deputados, o meu apelo é para que, deixadas de lado as eventuais e naturais divergências inerentes a um verdadeiro e autêntico regime democrático, possamos conjugar esforços no sentido de que tais mensagens governamentais orientadas a salutar, justa e racional concessão de benefícios aos funcionários públicos, ou a viabilização do pagamento de medidas já legalmente concedidas, sejam apreciadas, com a devida urgência, por esta Casa Legislativa, maneira única de se evitar prejuízos à classe de servidores estaduais.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tímpanos).

Consulto a Liderança do MDB, se vai fazer uso do seu horário reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Informo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que vai fazer uso da palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e que Vossa Excelência tivesse ao menos a tolerância tida nesse caso com a Liderança da ARENA, para o espaço que agora será ocupado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.
O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, solicito de Vossa Excelência que não justifica a observação feita pelo eminente Deputado Nilton Friedrich, com referência ao Deputado que se encontrava na tribuna. Porquanto, foi prejudicado pelos discursos paralelos, o que, não é permitido pelo Regimento Interno.

Enquanto soava a campanha do plenário, para que

parassem os discursos paralelos, mais de três minutos perdeu esse Deputado. Por esse motivo não houve tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, terei imenso prazer e serei tão benevolente, quanto o Sr. Deputado Luiz Alberto, em concedendo na medida adequada, os apartes que ele concedeu-me.

Serei tão generoso quanto ele, se Deus quiser.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A posição do MDB, quero em poucas palavras, colocar aqui desta tribuna.

Primeiramente, as leis invocadas na Mensagem do Governo do Estado, beneficiam apenas parcela do funcionalismo público estadual. As gratificações concedidas à Polícia, apenas visou a elevação do teto dessas gratificações. Acontece, Sr. Presidente, que o Orçamento já previa uma elevação de vencimentos, da ordem de trinta e cinco por cento e que esta verba pedida para a suplementação do Orçamento, está sendo requerida, pedida, instalada pelo Governo do Estado, para cobrir, apenas isso, Sr. Presidente, para cobrir encargos assumidos pelo Governo Jayme Canet Júnior. E a verdade é essa. Ele naturalmente fez determinadas concessões para parcelas do funcionalismo público estadual, sem a necessária cobertura do Orçamento do Estado. E que naturalmente, Sr. Presidente, agora estão sendo colocadas à claras. Mas o Governo que está administrando o Estado atualmente, não colocou isso na mensagem. Ele só fez referências, mas naturalmente com uma dosagem generosa de política, para que não viesse às claras as razões, porque nem todo o funcionalismo está sendo beneficiado. Porque se estivesse...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei daqui há uns segundos.

Se estivesse com desejo mesmo de solucionar o problema do funcionalismo público do Estado, ele se louvaria, nobres Srs. Deputados, na inflação, vergonhosamente declarada, pelos institutos mais sérios deste País. De que nos primeiros sete meses já ultrapassa à casa dos trinta e dois por cento. E o funcionário público que ganha o salário mínimo e que se por força constitucional está sendo admitido nas várias classes, muitos deles estão revoltados. Mas esses, Srs. Deputados, esses não terão a generosidade desse Orçamento. Dessa suplementação orçamentária. Porque eles estão ali, achatados. E já dizia o eminente e saudoso, Gastão Pires, que no funcionalismo, realmente os menores, na escada hierárquica do Estado, os menores é que suportam as maiores cargas. E menores são os que suportam com maior dor, essa exagerada inflação.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo, até por uma questão de tranquilidade. Concedo o aparte primeiro ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e apenas para apelar a Vossa Excelência que não continue procurando confundir a opinião pública com afirmações, data vênica, o respeito que tenho por Vossa Excelência, que não correspondem à realidade da Mensagem Governamental.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, por que ele invocou, Sr. Deputado?

Quero dialogar com Vossa Excelência somente para não perder a oportunidade. Por que o Governo invocou essas leis? Essas leis têm especificamente declinados os seus objetivos.

O Sr. Erondy Silvério — Chego lá. Fiz um provérbio popular, que o "peixe morre pela boca"; e Vossa Excelência está morrendo pelas próprias afirmativas. Vossa Excelência reconhece que houve uma despesa para maior com relação ao pagamento do quadro geral do funcionalismo do Estado, na

ordem de três bilhões de cruzeiros.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não foi isso.

O Sr. Erondy Silvério — ...Vossa Excelência afirmou em aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que era previsto orçamentariamente 5.900 bilhões para pagamento de pessoal...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — No Orçamento passado.

Disse que na ocasião do Orçamento, para justificar ao Deputado Luiz Alberto, e que hoje tem oito bilhões e uns quebrados previstos no Orçamento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência talvez não esteja lembrado. E não vamos nos ater às leis que são objeto do pedido de informações de Vossa Excelência, onde Vossa Excelência afirma estarem as despesas previstas orçamentariamente, como a organização da Procuradoria Geral do Estado, como a estruturação do Quadro do CRE, Ministério Público, Quadro do Tribunal de Justiça, etc.

Mas, veja Vossa Excelência que o Governo é bem claro, que, para a implantação dos projetos da integração dos professores supletaristas, que beneficiam a 5.000 funcionários; integração de 6.500 funcionários do quadro de pessoal supletar, no quadro único de pessoal do Estado; transposição de 3.354 professores para o grupo ocupacional de especialistas; preenchimento de 146 vagas de fiscais no quadro próprio da Coordenação da Receita do Estado; preenchimento de 500 vagas no quadro próprio da Polícia Civil; e ajustamento da estrutura da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e etc.

Veja Vossa Excelência, como bem disse o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, o Professor Véspero Mendes, que é uma das capacidades administrativas do atual Governo, até foi minucioso demais na mensagem que manda a esta Casa, porque se Vossa Excelência se dispuser a pegar uma maquininha de calcular, um lápis, uma caneta e uma folha de papel, Vossa Excelência verá que chegamos exatamente aos 895 milhões de cruzeiros.

Então, não vejo porque Vossa Excelência continua tentando, ainda, confundir a opinião pública, quando já ficou exaustivamente provado que vão ser beneficiados 49.500 funcionários que recebem pelos cofres públicos do Estado. Em todo caso, agradeço a Vossa Excelência a paciência que teve em conceder-me este aparte um tanto longo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eminentíssimo Sr. Deputado, Vossa Excelência, no pronunciamento que fez, colocou alguns dados que merecem reparo, a bem da verdade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se é que Vossa Excelência é portador dela.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Não, não sou eu que sou portador dela, mas é a própria lei, que Vossa Excelência conhece tão bem quanto eu. Veja Vossa Excelência; Vossa Excelência partiu do pressuposto de que estas leis dos benefícios mencionados na mensagem, já estariam com as autorizações legais dentro da própria lei.

Vossa Excelência, legislador há tanto tempo quanto eu, sabe que a verba consignada na lei não quer dizer que a despesa fica adstrita ao montante específico da autorização legislativa de cada lei. Pelo contrário, o Poder Executivo pode manobrar esta verba destinada ao pessoal. Portanto, Vossa Excelência começa o seu raciocínio com um vício de origem, diria assim, porque a autorização legislativa não significa, e, por isso Vossa Excelência fez referência ao Governo passado, tentando imputar a ele uma provável falha na elaboração do Orçamento. Vossa Excelência não está analisando corretamente a autorização constante de cada lei específica.

Portanto, aí começa o equívoco de Vossa Excelência, para continuar com outros dados que Vossa Excelência levantou em seu pedido de informações, e outras suposições que

não fazem jus ao brilho de sua inteligência, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Bondade de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Uma colocação que Vossa Excelência faz, por exemplo, é que só no final deste exercício, o Poder Executivo poderia estabelecer, matematicamente, o total das despesas efetuadas com o pessoal.

E verdade, nobre Deputado, somente no final do exercício, quando se fizer o balanço com despesa de pessoal, é que se poderá estabelecer, número sobre número, o quanto foi gasto com pessoal.

Mas, se o Governo não se antecipar, pedindo esta autorização legislativa, chegará no final do exercício sem ter cobertura legal para efetuar o pagamento de leis já aprovadas e em vigor.

Portanto, é necessário que esta Casa aprove, e aprove já. E por isso, que o Governador Ney Braga solicitou o prazo constitucional de 45 dias, para que aprovássemos este crédito especial, agora, para que Sua Excelência pudesse implementar as medidas ao longo deste corrente ano.

Se houver qualquer medida protelatória no sentido de aprovação desta mensagem, nesta Casa, o maior prejudicado será o funcionalismo público estadual. E exatamente, quais os funcionários públicos estaduais que serão mais prejudicados? Aqueles que Vossa Excelência se refere com tanta ênfase, isto é, aqueles que têm um salário mais baixo.

Portanto, e por se tratar de uma medida de justiça social para com os funcionários, apelo a Vossa Excelência para que reveja a sua posição. E apelo à bancada do MDB para que analise mais detalhadamente a Exposição de Motivos que acompanha a mensagem para que possamos sair daqui, hoje, não com vitórias verbais, nem com vitórias entre bancadas, mas que desta Casa, nesta tarde, saia vitorioso o funcionalismo público estadual.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, indago da Mesa quantos minutos ainda me restam?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Quatro minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro e solicito de Vossa Excelência que permita-me concluir meu raciocínio.

O Sr. Airton Cordeiro) Obrigado. Serei breve, nobre Deputado.

Primeiramente, devo dizer a Vossa Excelência que, penso eu, esteja Vossa Excelência partindo de uma premissa errada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É a ótica da ARENA, porque três Deputados já me disseram a mesma coisa. Daqui a pouco vou convencer-me de que estou errado até de estar nesta tribuna.

O Sr. Airton Cordeiro — Devo dizer porque penso que Vossa Excelência parte de uma premissa errada: Vossa Excelência trabalha em cima de números de uma proposta orçamentária feita em 1.978.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, o Orçamento perfeito em 1.978.

O Sr. Airton Cordeiro — Não sei se intencionalmente, ou não, ocorre e é aí que gostaria de chegar à ótica errada de Vossa Excelência sobre esse assunto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Absolutamente. Vossa Excelência há de compreender que, entre a filosofia de pessoal de hoje e a filosofia de pessoal do Governo passado, existe uma grande diferença, sem que isso signifique qualquer crítica; é apenas definição de estratégia, de ação, existe uma diferença fundamental.

Agora, Vossa Excelência nega o seu voto a uma matéria importante como esta...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quem é que disse a Vossa Excelência que vou negar o meu voto?

O Sr. Airton Cordeiro — Posso entender, porque Vossa Excelência saiu do plenário deliberadamente na sessão em que se votava esta matéria, depois de discutí-la em plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Porque formulávamos um requerimento pedindo informações de alguns dados que nos pareciam relevantes.

O Sr. Airton Cordeiro — Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, o que gostaria de dizer, principalmente, é o seguinte: parece-me existir, nesse comportamento de Vossa Excelência, uma terrível incoerência.

Vossa Excelência vai à tribuna, com alguma frequência, para defender os direitos do servidor público...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou aqui, também para isso.

O Sr. Airton Cordeiro — Louvável. No momento em que o Governo do Estado quer se adequar para poder responder aos apelos do servidor público, Vossa Excelência questiona. E questiona de uma forma que parece-me inconveniente porque, realmente, prejudica o trâmite da matéria.

Então, o que gostaria, Sr. Deputado Tolentino, é que Vossa Excelência atentasse para a matéria. E faço essa colocação, inclusive pelo respeito que tenho por Vossa Excelência pessoa e político.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É recíproco.

O Sr. Airton Cordeiro — Gostaria que Vossa Excelência atentasse para a filosofia social que está a presidir este Governo, porque nada mais prioritário neste Governo, pelo que já se ouviu do Governador, de Secretários de Estado, de próprios Parlamentares, do que a política social. Então, são novos fatos que estão a ocorrer e que exigem uma adequação orçamentária. Esse é o aspecto mais importante, em minha opinião. Deve ser analisado. E é sensibilizado por esse aspecto, Deputado Tolentino, que permito-me aqui fazer um apelo a Vossa Excelência; que some conosco, não conosco Deputados, mas que some com os servidores públicos, que serão beneficiados por esta mensagem.

Parece-me que seria uma posição mais lógica e seria ao mesmo tempo um fortalecimento a essa política social que deve ser a tônica realmente, de um Governo humano e justo. Agradeço o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A nossa colocação tem sido enfática, no sentido de benefício ao funcionalismo público. No que se trata a reclassificações, a acesso a cargos e promoções e aquela coisa toda que temos defendido com frequência, e que por exigüidade de tempo não vou enfatizar novamente aqui, mas é que no particular aspecto do professor, o Estatuto do Magistério, a Lei Complementar n.º 7 prevê convênio com o Governo Federal e que o Governo do Estado tem esta válvula para buscar recursos, inclusive a fundos perdidos. E por que o Governo do Estado não vai? Talvez ele tenha buscado para suprir o Tesouro do Estado e aplicação em outra consignação orçamentária, mas são ponderações que se devem fazer aqui, porque quando se fala em funcionalismo público, e se fala sempre, querem sempre dar a pecha de que estão beneficiando o funcionalismo público quando este está claudicante em matéria de vencimento, principalmente. E vou dizer aqui, nós Deputados, ao invés de tratarmos melhor os funcionários da Assembléia, temos votado projetos para o Tribunal de Justiça, para o Poder Judiciário, para o Poder Executivo, para as mordomias, aos DAS, e os quadros da Assembléia Legislativa, até hoje não se foram aprovados. A verdade é essa, Sr. Deputado.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, O Deputado Luiz Alberto falou em que dez por cento dos funcionários seriam beneficiados. Eu, absolutamente, em hora nenhuma, disse isso. Disse, e está escrito no pronunciamento que fiz, que apenas dez por cento do pessoal do Tribunal de Justiça está sendo beneficiado na lei que mencionei e não foi a todo o funcio-

nalismo público estadual que referi-me!

O que nós queremos, é o esclarecimento, de uma vez por todas, e global, do Governo. Se tiver intenção, realmente, de beneficiar a todos os funcionários públicos, então responda as questões levantadas pelo MDB. Respondidas essas questões, satisfeitas as necessidades objetivas que estão consignadas neste requerimento, o MDB será o primeiro a vir aqui e votar, antes que a ARENA. Votará nos projetos do Governo.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza aquele Poder, a abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— COM PRAZO CONSTITUCIONAL.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Atendendo a requerimento...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tenho um requerimento que deve ser colocado em votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esclareço ao Plenário que, atendendo requerimento do Deputado Erondy Silvério e aprovado em sessão anterior, este projeto será votado neste turno por votação nominal. E esclareço ainda que os Srs. Deputados, à medida que forem chamados, os que votarem a favor deverão responder "sim", e os que votarem contrário deverão responder "não".

Está em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, está em processo de votação, porquanto a mesma foi realizada de forma nominal, aprovada pelo Plenário, não havendo atingido o "quorum" necessário para a sua aprovação. Portanto, não há mais encaminhamento e nem discussão da matéria. É um processo de votação pura e simplesmente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Enquanto está em processo de votação há encaminhamento, nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência poderia, por gentileza citar-me o artigo do Regimento Interno?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, se está em regime de votação, evidentemente que se pode encaminhar a votação, senão é passar por cima do Regimento, é uma coisa tão lógica quanto as luzes que nos estão clareando.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está Vossa Excelência com a palavra pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pedi informações à Mesa e não ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa está providenciando esclarecimentos a Vossa Excelência. Artigo 172 - "Ao ser anunciada uma votação poderá qualquer Deputado solicitar a palavra, para encaminhá-la, para o que terá o prazo de dez minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Analisamos com a máxima isenção de ânimo o anteprojeto de lei enviado pelo Poder Executivo a esta Casa, que visa a autorização de abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros) para fazer face às despesas com pessoal no decorrer do presente exercício, as quais tiveram acrescidas seus valores em decorrência do que passamos a enumerar:

1) Aumento concedido para todas as categorias funcionais do estado de quarenta por cento num total de

..... Cr\$ 480.000.000,00

2) Nomeação de 2.000 professores Cr\$ 75.000.000,00

3) Cumprimento da Lei n.º 7.099 de 08 de janeiro de 1.979 Cr\$ 52.000.000,00

4) Concessão de benefícios que por levantamento histórico atingirão Cr\$ 45.000.000,00

5) Gratificação de Regência, beneficiando 9.000 professores Cr\$ 48.000.000,00

6) Sanção das Leis n.ºs 7.031, 15/09/78; 7.051, 4/12/78; 7.073, 28/12/78, 7.074, 28/01/79, Lei Complementar n.º 8, 3/1/79, Lei 7077 de 3/1/79, Lei 7097 de 8/1/79, Lei 7122 de 26/04/79 e Lei 7178 de 06/07/79. Cr\$ 376.000.000,00

7) Efeitos da Lei 7050 Cr\$ 48.000.000,00

8) Nomeação de 6.200 professores da 1.ª à 4.ª séries do 1.º Grau Cr\$ 325.000.000,00 e enquadramento de outros no 2.º Grau.

9) Dispendio c/a integração de professores suplementaristas, funcionários, transposição de professores para o grupo especialista, preenchimento de vagas na Polícia Civil, etc.

..... Cr\$ 146.000.000,00

Isso tudo, resultando a importância de Cr\$... ..1.595.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), dos quais serão cobertos pela dotação RESERVA DE CONTINGÊNCIA no valor de Cr\$... ..700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) e o saldo pelo crédito especial solicitado, no valor de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros).

Desejamos, Sr. Presidente, aqui deixar a nossa concordância com a pretensão do Governo do Estado em abrir crédito especial para fazer face a despesas de pessoal, isto é, para solver parte do problema que aflige o funcionalismo do Estado, pois ele necessita urgentemente de um reajuste em seus vencimentos, para poder suprir as atuais deficiências trazidas pela inflação galopante que hoje atinge toda a classe assalariada brasileira.

No entanto, o que não podemos concordar é exatamente com o Art. 2.º, no seu parágrafo único da mensagem que diz: “Fica também o Poder Executivo autorizado a promover a substituição dos recursos da arrecadação própria do Tesouro, originalmente previsto para a cobertura de investimentos, por recursos de operações de crédito autorizadas, com vistas a propiciar a liberação das dotações gráficas e financeiras para a execução das despesas a que se refere esta Lei.”

Pois, esse parágrafo vem a autorizar o cancelamento de dotações referente a despesas de capital, isto é, investimentos, para que se possa dar cumprimento a despesas correntes, isto é, pessoal, e nós sabemos que os investimentos produzem retorno de sua aplicação e as despesas correntes, cobertas com operações de crédito somente vem aumentar o endividamento do Estado.

Ainda, deve-se ter em conta que, em ORÇAMENTO-PROGRAMA, tecnicamente não se pode abrir crédito especial para atender despesas com pessoal, material ou serviços, isto é, para objeto de despesas correntes, mas sim, abre-se crédito adicional especial para um NOVO PROJETO OU ATIVIDADE, discriminando-se o mesmo por seus elementos de despesas, classificados em pessoal, material e serviços.

Levemos em conta ainda, o Artigo 43, da Lei n.º 4.320, no seu parágrafo único, que diz: “consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não estejam comprometidos.”

E sabemos que a “operação de crédito”, autorizada pelo Poder Legislativo, através do Projeto de Lei n.º 7.157, de 28 de maio de 1.979, autorizada pela Resolução n.º 31, de 28 de junho de 1.979, do Senado Federal, está altamente comprometida, não somente na aplicação dos investimentos ali propostos, mas pelo pagamento de dívida do então Governador Jayme Canet Júnior, que foi, inclusive, o argumento principal para a sua aprovação nesta Casa.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votarmos contrariamente ao presente projeto, pois vemos que com a redução proposta para cobrir o crédito especial em tela, serão prejudicadas muitas obras que até então, eram consideradas como prioritárias pelo Governo deste Estado, obras que serão paralizadas, trazendo consequências sérias ao nosso Estado, como é o caso da PRT 487 - Campo Mourão-Iretama, Iretama-Pitanga, que o povo de minha região esperou por mais de 25 anos e hoje vê, com tristeza, a sua paralização.

Por que não se reduzir as despesas com mordomias, estas em todos os Poderes, onde vemos desde os veículos oficiais a rodar dia e noite, durante sábados e domingos, não se sabendo se estão rodando ao interesse do Estado ou não, e outras que todos aqui conhecem e que não seriam necessários reafirmar?

Por que não se reduzir de despesas com obras faraônicas que somente tentam mostrar a grandiosidade enganosa de um Estado cheio de dívidas, e que sempre contrai mais ainda, desequilibrando sempre a balança orçamentária todos os anos?

Deixamos enfim bem claro, não somos contra o aumento da despesa do funcionalismo de nosso Estado, mas somos contra a forma que se irá dar, para solução desse problema, isto é, “descobrir um santo, para cobrir outro”, resolver o problema do funcionalismo e marginalizar milhares de famílias dependentes das obras que o Estado havia programado para executar nesse exercício financeiro de 1.979.”

E queria, também dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na Bancada do MDB, a questão da votação desta mensagem está em aberto. Cada um votará com a sua consciência. O Partido não assume posição de fechar questão nesta matéria. Mas votarei contrariamente a ela.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao encaminhar à votação, a mensagem governamental que solicita deste Poder Legislativo, autorização para abrir crédito especial no valor de oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros, destinados a atender despesas com pessoal; encargos sociais do Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, não previstas na formulação do Orçamento vigente, e ela dando como recursos para abertura de crédito, autorização a utilizar o resultante de cancelamento de dotações consignadas, no Orçamento Geral do Estado, e os provenientes de excesso de arrecadação.

Por todos os anos que estamos nesta Casa, e não são muito longos, mas já vai para o quinto ano de mandato, não temos aqui tido outra participação, no que se refere à política orçamentária do Estado, a não ser a crítica que fazemos da falta de participação do Poder Legislativo na formulação do projeto orçamentário para o Estado do Paraná. Se não vejamos: já estamos no final do mês de agosto e até o dia 30 o Poder Executivo terá que encaminhar a esta Casa, a nova proposta orçamentária, a vigir a primeiro de janeiro de 1980. E uma pergunta fica no ar: qual a participação do Poder Legislativo na elaboração desta proposta, nos estudos preliminares,

para se definir as obras prioritárias que o Governo do Estado do Paraná pretende implantar e pretende executar durante o ano de 1980? E é mais grave ainda, a situação. Porque este ano virá para cá também, o Orçamento Plurianual de investimentos. E nós sabemos que nenhum Deputado, nem da ARENA nem do MDB foi chamado à Secretaria do Planejamento ou a qualquer Secretaria para opinar, objetivamente, e se o tivesse feito, individualmente, seria uma discriminação com o Poder Legislativo, porque a Casa não participou. Participando apenas, no encaminhamento do seu próprio Orçamento, e o que chega até a Secretaria do Planejamento sofre cortes sem a devida consulta à Mesa Diretiva deste Poder.

E agora, nós vimos a votar esta matéria, crédito especial, e a Lei nº 4320, ao tratar do assunto, ela traz um capítulo especial para os créditos adicionais. E no que diz respeito ao crédito especial, é o item segundo deste capítulo. E específico o comentário feito aos créditos adicionais.

Diz o seguinte: — aqui as coisas mudam de figura; o crédito especial é um orçamento paralelo, e por isso mesmo a Constituição lhe pôs freio, no § 4º, do art. 62. E continua. “A nosso ver, em se tratando de orçamento-programa, não se pode abrir crédito especial para pessoal ou material”. Isto é, para objeto de despesas. Abre-se crédito especial para um novo projeto ou atividade, discriminando por seus elementos de despesas, pessoal e outros.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aí está o pecado. É necessário que se atenda realmente os reclamos do funcionalismo público do Estado, em melhorar o seu padrão de vencimento.

Mas, o que reclamamos, o nosso posicionamento, é que não se pode e não pode o Poder Legislativo opinar apenas, depois que a mensagem chega aqui; depois que o Orçamento é elaborado, onde estão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os PGDs que compõem a Secretaria do Planejamento do nosso Estado, com curso remunerados no Exterior e autorizados por esta Casa? Funcionários públicos que, se não me engano, são os melhores remunerados deste Estado? Colocados à disposição da Secretaria do Planejamento, com o IPARDES à sua disposição, a montar dados e programas com toda uma estrutura de Governo, a dizer, favoravelmente, o que o Poder Executivo quer e quais os dados e qual o assessoramento que o Poder Legislativo tem recebido, para acompanhar ao menos esta Mensagem. A não ser, um ou outro Deputado que sabe, privilegiado pelo Poder Executivo, que recebe os números para poder ir à tribuna, com brilhantismo, é verdade, mas defender apenas a Mensagem do Governo.

São estas posições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Deputado não pode aceitar; que a bancada do MDB não aceita; porque nós entendemos, ao menos agora, se nos outros anos deste obscurantismo total em que viveu o Poder Legislativo, malhado, sacrificado, castrado em suas funções, o Poder Legislativo apenas homologava as mensagens governamentais.

Está na hora e é o momento, se nós do MDB ao menos nos revoltássemos, a ARENA podia dizer: O MDB está sempre revoltado. Mas não é verdade. Está na hora, isto sim, dos homens que apoiam o Governo nesta Casa, a exigir do Poder Executivo posicionamentos mais claros, que evidenciem posições de respeito, aos homens que lhe dão sustentação.

Vejam bem, são os Deputados da ARENA que andam de carreador em carreador, como nós, que andamos de vila em vila, como nós, que andamos recebendo todo o tipo de pressão e de solicitação de nossa sociedade. Das camadas mais humildes aos homens melhor posicionados nesta terra. No entanto, tenho conversado e tenho visto que ninguém é informado de nada. E não vi nenhum pronunciamento desta tribuna, nenhuma notícia de reunião da bancada da ARENA, nenhuma notícia que a Mesa tivesse informado ao Poder Executivo, e devia ter acontecido, que o Governo, através da Secretaria do Planejam-

to, para elaborar o Orçamento-Programa e o plano plurianual de investimentos para os próximos três anos, e o Orçamento para o ano de 1980, tivesse tido, senão obedecido a um dever, ao menos o beneplácito com o Poser Legislativo, e oficiado ao Presidente da Assembléia, perguntando se o Poder Legislativo...

O SR. PRESIDENTE — O orador tem um minuto.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já terminarei, Sr. Presidente.

... se o Poder Legislativo, com seus 58 membros, representando toda a população paranaense, não teria pelo menos, uma observação a fazer no programa governamental.

Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós vamos votar agora, e vamos votar favoravelmente a esta Mensagem.

Depois, vem o Orçamento, viremos de novo a esta tribuna, como quantos outros Deputados virão, uns combatendo, outros elogiando, sempre com emendas a apresentar, e impedidos pela legislação em vigor. Se a legislação proíbe, porque ao menos não temos este privilégio de opinar na programação deste Parlamento?

E se a crítica que vamos receber no decorrer deste mandato, nós do MDB podemos gritar e não aceitar as críticas e vir aqui transformá-las em reclamos populares, a ARENA não poderá fazer isso, porque ela dá sustentação ao Governo em todos os seus atos, e ela devia estar ao menos informada de como está-se planejando o Paraná do futuro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja dado preferência de votação ao requerimento, pedindo informações pertinentes ao Projeto de Lei 98/79, conforme o art. 100 e seguintes do Regimento Interno. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não vejo, talvez hoje eu esteja esquecido do Regimento Interno da Casa, mas não vejo amparo regimental para a Mesa receber este requerimento.

Todavia, vamos votar contrariamente ao requerimento, porque não há procedência regimental nenhuma na apresentação do requerimento desta natureza. Estamos apreciando um projeto de lei oriundo de uma Mensagem Governamental; está em fase de votação. Jamais a Casa poderá apreciar antes um requerimento que visa suspender esta matéria.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de Ordem) Somente a Bancada do MDB quer expressar neste instante e bem claramente, que não somos efetivamente contra este projeto ora em pauta. No entanto, o que foi formulado e levantado pelo Deputado Fidelcino Tolentino, que é o objeto de apreciação neste instante, é que nos aproximaria ainda mais, do desejo de votar favoravelmente ao projeto que, logo em seguida, estará em votação.

Por esta razão, Sr. Presidente, fizemos aqui um apelo nesta Questão de Ordem, apenas neste sentido: a questão está aberta dentro da Bancada, e permanecerá até o fim das discussões e votações seguintes. Mas, gostaríamos, neste instante, de conclamar a própria bancada situacionista, que votasse este requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, para que pudéssemos ter essas informações que são solicitadas e embasadas num requerimento com extensas justificativas.

Tão somente, Sr. Presidente, gostaríamos de ter essas informações e conclamamos a Liderança da ARENA e todos os Deputados da Situação, que ponderem a esse requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, para que possamos, com mais rigor, com mais embasamento, definir a votação que faremos a seguir.

Não somos contra, repetimos, mas precisamos, e por uma questão até de respeitabilidade à Oposição, que acatassem esta

solicitação, e obtivéssemos as informações aqui pretendidas. O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — Rejeitado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que: rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 9 Srs. Deputados aprovam; 25, rejeitam. — Rejeitado.

Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para efeito de votação.

Eslareço ainda, que os Srs. Deputados que votarem a favor, respondam “Sim”, os contra, “não”, ao Projeto de Lei nº 98/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, está em regime de votação. E nós, do MDB, gostaríamos que mesmo que haja disposição da Liderança do Governo, em oferecer mesmo sem a obrigatoriedade de um pedido de informação, mas esse posicionamento se tiver intenção de esclarecer à Oposição, não vejo porque a Oposição possa deixar de votar neste projeto de lei.

Gostaria que a Liderança da ARENA se manifestasse neste sentido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, nunca o Governo se negou a prestar informações ao Poder Legislativo. E certamente não o fará desta vez.

Apenas é um posicionamento político da bancada da ARENA, porque esta Casa é uma Casa política que a maioria julga-se no direito de negar os pedidos da Oposição, como a Oposição tem direito de fazê-los.

Todavia, eu, pessoalmente, trarei ao Deputado Fidelcino Tolentino as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) O Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados, para efeito de votação.

(É feita a chamada)

Trinta e sete Srs. Deputados votaram sim. Não, dois Srs. Deputados. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 108/79 de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei nº 7.079, de 08/01/79, na qual autorizava a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 52/79, que aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios nominados, que, com interveniência de Órgãos que especifica, objetiva execução de obras e serviços de emergência, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 53/79, que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de IBAITI e JOAQUIM TÁVORA, com a interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 70/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 67/79,

que aprova Convênio de Cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CASCAVEL, objetivando condicionar diretrizes no trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/79, de autoria da C.T.C., que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente à Verba de Assistência Social recebida por aquela entidade, período janeiro a dezembro de 1977. Parecer Favorável da C.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 113/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a “Guarda Mirim de Goioerê”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 113/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “GUARDA MIRIM DE GOIOERÊ”, com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Goioerê, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Goioerê, relativamente na assistência e atendimento ao menor desamparado.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para que o Estado a reconheça de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que, temos certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 113/78

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Guarda Mirim de Goioerê”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Paulo Camargo, Relator

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 149/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a “APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê”, com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 149/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “APMI —

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE GOIOERÊ, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1978.

(a) **FABIANO BRAGA CORTES**

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e da filantropia à comunidade de Goioerê, recebendo inclusive o reconhecimento público municipal através da Lei n.º 829/06/77, cujo teor segue anexo.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela lei estadual em vigor, que regulamenta o instituto da utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação do nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 149/79

PARECER:

O projeto de lei do ilustre Deputado Fabiano Braga Cortes, visa tornar de utilidade pública a “APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Goioerê”, com sede e foro no Município de Goioerê.

O presente projeto está perfeitamente caracterizado com as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que rege sobre o assunto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) **Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/79, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a “Obra do Berço de Mandaguaçu”, com sede e foro no Município de Mandaguaçu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 56/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “OBRA DO BERÇO DE MANDAGUAÇU”, com sede e foro no Município de Mandaguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1979.

(a) **BASÍLIO ZANUSSO**

JUSTIFICATIVA:

A Obra do Berço de Mandaguaçu, que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta realmente, relevantes serviços à comunidade de Mandaguaçu, de forma desinteressada, pois nada cobra daqueles a quem serve.

O elenco de serviços que a referida Sociedade presta à população daquele município, por sinal vasta, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e ao final, a necessária aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 56/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente Projeto de Lei n.º 56/79, tem por objetivo declarar de utilidade pública a “Obra do Berço de Mandaguaçu”, com sede e foro

no Município de Mandaguaçu.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) **Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/79, de autoria do Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a “Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas”, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 64/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE PARANAENSE DE CIÊNCIAS NEUROLÓGICAS”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1979.

(a) **ADALBERTO DAROS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 64/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adalberto Daros, o presente Projeto de Lei n.º 64/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ciências Neurológicas”, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do processo e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) **Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/79, de autoria do Deputado Renato Bernardi, que declara de utilidade pública a “Associação Maringaense de Odontologia”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 77/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DE ODONTOLOGIA”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1979.

(a) **RENATO BERNARDI**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 77/79

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Renato Bernardi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a “Associação Maringaense de Odontologia”, com sede e foro na cidade de Maringá.

Foram anexadas cópias de seu Estatuto e do Registro deste no Cartório de Título e Documentos de Maringá, bem como a da publicação de extratos, para os fins de averbação e registro procedida no Diário Oficial do Estado, de 12 de julho de 1977.

O projeto não veio acompanhado de justificativa, mas pela simples leitura de seus Estatutos, depreende-se tratar-se de uma entidade representativa da classe de Cirurgiões Dentistas, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento profissional, organizar congressos, contribuir para a solução de problemas odonto-sociais, orientar o público na procura de melhor assistência odontológica e outras atividades culturais e sociais, sendo expressamente vedada a promoção ou participação de movimentos ou manifestações de políticas, religiosas ou raciais.

Sua programação, portanto, por si só autorizaria a aprovação do presente projeto, o qual parece-nos não contrariar qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Assim sendo, solicitamos apenas sejam ordenadas as folhas de conformidade com numeração que propicie a leitura contínua dos documentos anexados, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Fidelcino Tolentino, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 72/79, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que dispõe sobre férias não gozadas e já prescritas e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 72/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de 2 (dois) anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requeiram no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Muitos são os funcionários que, por desconhecimento da Lei nº 6742, deixaram de requerer no prazo fixado a contagem das férias não gozadas.

Visa o presente plano de lei renovar o dispositivo de modo a possibilitar aos interessados, especialmente os radicados no interior do Estado, os justos benefícios que já foram conferidos a outros.

Outrossim, lembramos que esta Casa aprovou emenda com idêntica redação à dada ao Art. 1.º, deste Projeto que, entretanto, não prosperou por ter sido considerado aprovado o projeto original, por decurso de prazo.

Esperamos novamente contar com o imprescindível apoio dos nobres Pares para a concretização da medida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 72/79

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade dispor sobre a contagem de férias não gozadas e já prescritas, do funcionalismo público estadual, e dá outras providências.

Analisando-se a matéria sob o aspecto constitucional, se nos apresentam dúvidas sobre a sua constitucionalidade, em face do disposto no Art. 25 da Constituição Estadual. Porém, levando-se em consideração a justiça que a medida ora proposta virá proporcionar à valorosa classe do Servidor Público, temos que a

matéria deverá ser apreciada pelo Plenário, que, na sua totalidade, poderá melhor definir as dúvidas em relação aos dispositivos constitucionais vigentes.

Assim, nosso parecer é no sentido de que a matéria está em condições de ter a sua tramitação normal por esta Casa e após ouvidas as demais Comissões Técnicas, ser submetida à apreciação da matéria.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1979.

(aa) Nelson Friedrich, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 72/79

P A R E C E R:

Tem por finalidade o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, dispor sobre contagem de férias não gozadas e já prescritas, do funcionalismo público estadual, e dá outras providências.

A referida matéria já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, não vemos qualquer impedimento que possa obstar a tramitação normal da matéria, razão pela qual nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1979.

(aa) Aguinaldo P. Lima, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 72/79

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o projeto intenta restabelecer o direito à contagem em dobro das férias atingidas pela prescrição aos funcionários que requererem dentro de cento e vinte dias, contados da publicação da lei.

Justifica o ilustre autor que muitos são os funcionários que, por desconhecimento da Lei nº 6742, deixaram de requerer no prazo fixado a contagem de férias não gozadas.

Informa ainda, o autor, que esta Casa já aprovou matéria idêntica, em outra oportunidade.

A medida é cabível sob todos os aspectos, já que a devolução ao funcionário da oportunidade de exercer um direito de que não teve ciência, afigura-se da mais alta justiça.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(a) Wilson Fortes, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/79, de autoria do Poder Executivo, que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado e vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI Nº 97/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Parágrafo único — A FIDEPAR terá sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2.º — São objetivos da FIDEPAR:

I — assessorar o Governo do Estado e outros órgãos públicos e o setor privado, na elaboração e análise de projetos especiais pertinentes à política de recursos humanos, a serem

desenvolvidos ou estimulados em função dos objetivos da programação estadual, federal ou municipal;

II — Identificar necessidades e selecionar pessoal, da Administração Pública ou de empresas privadas, para participar de cursos por ela promovidos;

III — Executar programas e atividades de capacitação e valorização de pessoal técnico e administrativo, inclusive especialistas da Administração Pública e de Empresas privadas;

IV — Elaborar, executar e coordenar programas e atividades de formação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos de caráter permanente ou temporário, em todos os graus e em todas as áreas de atuação do Governo;

V — Planejar, coordenar e estimular programas de Pesquisa sobre Recursos Humanos que visem a identificação quantitativa da força de trabalho necessária ao uso de processos científicos e tecnológicos na administração pública;

VI — Selecionar e indicar candidatos a bolsas de estudos, visando sempre dotar a Administração Pública de elementos efetivamente capacitados ao exercício de atividades técnicas e especializadas;

VII — Acompanhar e controlar o desempenho posterior do pessoal treinado;

VIII — Coordenar estágios de estudantes e técnicos nos órgãos da administração direta do Estado;

IX — Pesquisar permanentemente a oferta e demanda de mão-de-obra qualificada;

X — Promover a integração entre o setor público estadual e as universidades;

XI — Outras atividades correlatas.

Art. 3.º — O patrimônio inicial da FIDEPAR será constituído pelos bens móveis que lhe forem destinados, da carga patrimonial da Secretaria de Estado do Planejamento, em uso pelo Programa Paranaense de treinamento de Executivos.

§ 1.º — O patrimônio da FIDEPAR será ainda constituído:

a) — Por bens móveis ou imóveis e direitos que lhe forem destinados, em caráter definitivo, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

b) — por doações, heranças ou legados de pessoas jurídicas ou físicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da FIDEPAR será definida por meio de seu Estatuto.

Art. 4.º — Constituem receitas da FIDEPAR, além dos recursos e rendas provenientes de seu patrimônio:

a) — Dotações consignadas no orçamento do Estado ou de outras entidades públicas;

b) — doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas;

c) — recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

d) — receitas resultantes da prestação de serviço e outras receitas operacionais;

e) — rendas de aplicações financeiras;

f) — saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venham integrá-la;

g) — recursos de outras origens e rendas eventuais.

Art. 5.º — A FIDEPAR será administrada por um Conselho de Administração composto por 10 (dez) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes e uma Diretoria Executiva composta por 4 (quatro) membros, todos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único — Serão remunerados apenas os membros da Diretoria Executiva, cujos vencimentos, fixados anualmente por Decreto, não excederão a qualquer título ao atribuído aos Secretários de Estado.

Art. 6.º — O Estatuto, aprovado pelo Decreto, fixará atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições para o pleno funcionamento da FIDEPAR, respeitadas as

disposições legais cabíveis.

Parágrafo único — A partir da regulamentação da FIDEPAR, deixará de existir o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos - PPTE, cujo acervo, responsabilidades e atividades, ser-lhe-ão incorporadas até o final dos programas em andamento.

Art. 7.º — O regime jurídico do pessoal da FIDEPAR, será o da legislação trabalhista, com remuneração compatível com o mercado de trabalho.

Parágrafo único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da FIDEPAR, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com as vantagens em lei.

Art. 8.º — O exercício financeiro da FIDEPAR coincidirá com o ano civil.

Art. 9.º — A Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista pela legislação específica.

Art. 10 — A FIDEPAR gozará dos privilégios e isenções dos tributos estaduais.

Art. 11 — os bens imóveis da FIDEPAR só poderão ser alienados com autorização da Assembléia Legislativa.

Art. 12 — No caso de extinção, atendidos os encargos contraídos pela FIDEPAR, seus bens reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 13 — A FIDEPAR obedecerá as normas relativas à licitação prevista na legislação pertinente.

Art. 14 — Os recursos financeiros da FIDEPAR serão, preferencialmente movimentados através de organizações bancárias oficiais.

Art. 15 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, destinados a atender os encargos previstos nesta lei, utilizando como recursos para sua cobertura o cancelamento em dotações consignadas à mesma Secretaria no Orçamento Geral do Estado para 1979.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 97/79

P A R E C E R:

Atualmente, o Paraná tem um embrião de treinamento de pessoal. o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos —, que, não obstante os esforços desenvolvidos, muito longe está em apresentar os resultados por todos desejados.

Isto encontra explicação no fato de não constituir um órgão, mas tão somente um programa, situação que enseja inúmeras limitações, de toda a ordem, sem personalidade jurídica e sem segurança de continuidade.

Ao longo dos últimos quatro lustros foram criados órgãos na busca do fomento da economia paranaense, sem que, par e passo, houvesse uma dinâmica de compatibilização dos recursos humanos de maior vulto, de forma a proporcionar melhores resultados, em consonância com os recursos materiais disponíveis.

Trata-se sem réstia de dúvida, de um texto legal que ira possibilitar um melhor desempenho do setor público e do setor privado, traduzido na otimização organizacional.

As Fundações, pela sua natureza jurídica, é a figura que melhor se aplica no presente caso, como exporemos mais adiante.

As suas características, doutrinariamente, o são no sentido de ensinar uma maior agilização dos serviços.

São organismos concedidos para solucionar os problemas que, em vários casos, tornam a administração pública lenta, pelo excesso de comportamentos adjetivos.

O que não significa dizer que elas escapem do crivo do Poder Público, eis que os seus atos estão submissos ao Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar deste Poder e que, minuciosamente examina os atos praticados por seus Agentes Públicos.

Na verdade, dentre os objetivos do novo organismo assume relevância a ampliação das condições de captação de recursos de outras fontes, notadamente para os setores primário, secundário e terciário das atividades econômicas.

Descortinam-se horizontes mais amplos, com a entrada maciça de recursos possíveis de serem obtidos nos vários órgãos que tratam da matéria, no âmbito federal.

Organismos como o CEBRAE, vinculado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República; PIPMO, vinculado ao Ministério do Trabalho; SENAR, do Ministério da Agricultura e PNT, do Ministério do Planejamento, são organismos que se destacam com linhas de recursos para o setor primário.

Vale ressaltar que esses recursos são repassados a fundo perdido, fornecido pelo Governo Federal.

Já para o setor secundário, existem recursos no CEBRAE e no PNT, já aludidos, respectivamente, Centro Brasileiro de Assistência à Pequena e Média Empresa e Programa Nacional de Treinamento de Executivos, ligados à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e o IBRASA — Investimentos Brasileiros S/A —, vinculado ao BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

As siglas SENAR e PIPMO referidas, referem-se respectivamente ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra.

Enquanto no setor primário os programas são voltados sobretudo para o micro-proprietário rural, proporcionando-lhe conhecimentos de modo a gerirem de maneira mais efetiva as suas fontes de sobrevivência, bem como a qualificação de mão-de-obra agrícola, onde são enfocados a comercialização, emprego de novas técnicas, legislação, obrigações sociais e até formas comportamentais e de natureza pessoal.

Ressaltando-se a ênfase no sentido do aprimoramento do cooperativismo, como força de alcançar o homem do campo, responsável maior pela nossa industrialização e que, em contrapartida, não tem tido uma retribuição compatível.

No secundário, a tônica será a do atendimento da micro-empresa. Neste caso, os cursos serão realizados em conjunto com as Universidades, notadamente as estaduais.

Atualmente, existem alguns trabalhos, de forma ainda incipiente, realizado com algumas Universidades do interior.

Através de uma Fundação, dotada de personalidade jurídica, será possível ampliar o poder de intercâmbio entre o organismo de capacitação dos recursos humanos e aqueles centros de saber e ensinamento, possibilitando às escolas, uma maior integração e elevação de suas comunidades, razão primordial das suas existências.

Com a aquisição de sua personalidade jurídica será possível atender a um maior número de interessados, com aproximadamente setenta por cento dos investimentos a serem realizados com investimentos providos do Governo Federal, a fundo perdido.

No setor público, constata-se até o momento, a realização esporádica de cursos, resultando respostas muitas vezes insuficientes às expectativas gerais.

Porém, uma coisa fica patente: a constatação da inexistência de um sistema integrado de aprimoramento de pessoal.

Alguns setores procuram, em iniciativas bissextas, treinar pessoal, contudo sem a visão dos objetivos globais da filosofia e das ações de Governo.

Caracterizam-se por desconhecimentos das realizações

dos outros setores, atendimento deficiente, diversidade de linguagens duplicidade na realização de tarefas, malbaratando recursos preciosos para um País carente, com necessidades inadiáveis e múltiplas, onde não se concebe a dispersão de meios. Dispersão que se verifica de duas maneiras: de recursos humanos e financeiros.

Sobretudo, a inexistência de uma massa crítica verdadeira, com condições de proceder uma permanente verificação e reavaliação dos objetivos e resultados, avaliando os padrões de eficiência e eficácia. Corrigindo-se, sempre que se fizerem necessários, os fins últimos e os meios para a sua consecução. Levando-se em consideração o momento, os recursos e as mutações das necessidades.

Ressalte-se, sobretudo, o fato da FIDEPAR vir a atuar na formação a nível de executivo, possibilitando a tomada de decisões racionais em outros níveis, acelerando e tornando menos onerosas as decisões.

Também, sobressai na proposta da lei, o fato de a FIDEPAR vir a atuar como órgão de treinamento, possibilitando a ocorrência do aperfeiçoamento do conjunto, com os organismos atuando coordenadamente, evitando a superposição e as limitações, e eliminando-se os descompassos ainda existentes na administração pública e privada.

Mas, a FIDEPAR não será apenas um órgão de treinamento. Dentro da política de pessoal que está sendo desenvolvida e a ser implementada ainda mais, a ela está reservada um papel relevante no aprimoramento funcional e, em face disso, na melhoria e progressão funcional.

Realizando dessa maneira, a retribuição a cada um, segundo o seu trabalho e a sua capacidade.

Com a racionalização administrativa e a capacitação funcional, aquela em muito dependente desta; será possível atingir mais eficientemente e de forma mais ágil os objetivos, mediante módulos de treinamento, havendo a realização pessoal, funcional, além de ensinar a promoção dos funcionários de forma mais justa, com base na verificação de resultados, eliminando-se os padrões aleatórios atuais, ou, pelo menos, diminuindo em muito.

A falta de um melhor treinamento de pessoal tem levado a uma disfunção da atividade pública, retardando soluções, tomada de decisões equivocadas, além de uma excessiva burocratização.

Treinados e capacitados os funcionários, de forma eficaz, será possível a eliminação de um número infundável de procedimentos desnecessários, ocorrendo a tão decantada desburocratização dos serviços públicos.

Encimando outros aspectos, cumpre-nos notar a interiorização mais efetiva do treinamento, proporcionando oportunidades idênticas para todos.

As fundações originaram-se na Alemanha e dali espalharam-se para diversos países, sempre com a conotação de agilizar a administração pública.

A instituição de fundações pelo Poder Público se faz mister através da via legislativa e a matéria encontra-se regulada pelo Código Civil nos termos dos artigos compreendidos entre 24.º e o 30.º.

E o Código de Processo Civil, arts. 1.119 e 1.204.

Sendo os seus empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, "são simples assalariados no dizer de Hely Lopes Meirelles", reputado administrativista pátrio, no seu Livro "Direito Administrativo Brasileiro", pag. 339, edição de 1.975, da Editora Revista dos Tribunais.

Ainda, no dizer do acatado mestre, "As Fundações instituídas pelo Poder Público prestam-se, principalmente, à realização de tarefas não lucrativas, mas de interesse coletivo, como é a educação, a cultura, a pesquisa científica, sempre merecedora do amparo estatal, mas nem sempre conveniente que fiquem a cargo da entidade ou órgão público. Daí, o flores-

cimento dessas fundações, para fins educacionais e assemelhados, como sugere a Legislação Federal pertinente."

Ao optar pelo regime de Fundação, o Estado pretende com esta medida tornar mais ágil a sua atuação em determinado campo, para o atingimento dos fins colimados, que dificilmente seriam alcançados de outra forma.

Novamente no dizer de Hely Lopes Meirelles, na citada obra, complementando: "pelos meios administrativos rígidos e convencionais, ou seja, pelos órgãos centralizados ou pelos entes descentralizados sob a forma de autarquia. O que o Poder Público deseja, em tais casos, é valer-se, exatamente, da presteza e flexibilidade das pessoas jurídicas de personalidade privada, já institucionalizadas e utilizadas com êxito pelos particulares."

Na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, destacamos: "Embora a relação entre os resultados dos esforços de capacitação e treinamento profissional e o desenvolvimento global do Estado e do homem paranaense seja clara, o Governo não dispõe de um instrumento eficiente para conduzir, de maneira integrada, este processo."

Ainda, "Atualmente existem diversas instituições e programas de ensino e treinamento profissional voltados para a iniciativa privada, inclusive o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, mas estes carecem de uma estrutura integradora, de uma coordenação que vise imprimir um sentido único de desenvolvimento dos recursos humanos, para que possa, ao mesmo tempo, atender eficientemente as necessidades a curto e longo prazo de capacitação e treinamento profissional e otimizar a utilização de recursos."

Destacamos, ainda, "duplicidade de esforços e pulverização de recursos, prejudicando a qualidade e dificultando o atendimento das necessidades reais e globais de capacitação profissional."

Aidante: "Os baixos níveis de desempenho e produtividade encontrados em certas áreas no setor público são devidos, em grande parte à ausência de um sistema de treinamento e desenvolvimento que tenha por finalidade criar as condições necessárias para que o servidor público possa, ao mesmo tempo, realizar o máximo do seu potencial e contribuir decisivamente para a eficácia e eficiência dos programas governamentais."

E mais, "a criação da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paranájustifica-se pela independência e flexibilidade administrativa e financeira na obtenção, disposição e utilização de seus recursos, fatores necessários para o cumprimento das missões dessa natureza."

Diante do exposto e como a proposição está em consonância com os dispositivos legais que regulam a matéria, a nossa opinião é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1.979.

(aa) JOÃO ELÍSIO, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 97/79

P A R E C E R

O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 73/79, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR -, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1.979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;

GABRIEL MANOEL, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 97/79

P A R E C E R

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 97/79 já mereceu os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No brilhante parecer da Comissão de Constituição e Justiça, seu relator justifica o projeto com as seguintes palavras:

"Ao longo dos últimos quatro lustros foram criados órgãos de busca e fomento da economia paranaense, sem que, par e passo, houvesse uma dinâmica de compatibilização dos recursos humanos de maior vulto, de forma a proporcionar melhores resultados, em consonância com os recursos materiais disponíveis.

Analisando a proposição, temos para nós, que não se afigura tão somente a criação de um organismo. Trata-se sem réstia de dúvida, de um texto legal que irá possibilitar um melhor desempenho do setor público e do setor privado, traduzido na otimização organizacional."

Não poderia ser mais feliz a apreciação feita pelo eminente Deputado Relator, e, porque representa também a nossa opinião, faz com que o presente plano de lei mereça a nossa recomendação para a sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar, com a palavra Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente para manifestar a posição da bancada do M.D.B., que hoje vota favoravelmente porque trata-se apenas de apreciação dos aspectos legais, constitucionalidade, reservando-se ao direito de voltar à matéria no momento oportuno, amanhã portanto, para apreciação do seu mérito.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero colocar a minha posição Sr. Presidente, porque ultimamente os serviços públicos ou dispêndio com empresas públicas, autarquias, fundações e, especialmente, sociedades que ficam fora da apreciação das contas do Poder Legislativo. É o caso, por exemplo, da RADIPAR, que é uma companhia que foi criada, diga-se de passagem, nas caladas do recesso parlamentar, o chamado recesso brando de 1.974, em que outras leis foram aprovadas, também sob o mesmo critério. E agora, Sr. Presidente, nos parece, com o devido respeito que temos aos que estão governando, as suas pessoas, entretanto, não posso deixar de dizer, Sr. Presidente, que votarei contra, porque essas empresas, essas sociedades, que estão sendo criadas pelo Governo, principalmente, por esses Governos, os Governos após a Revolução, Governos da República, e Governos de Estados, têm lançado mão desses expediente legais, para promover este tipo de empresa, que não é nada mais do que cabide de emprego, inclusive, Sr. Presidente, trazendo sérias conseqüências para o próprio Tesouro do

Estado. Não vejo razão para se criar outra empresa dessa, como a RADIPAR, como EMOPAR e como tantas outras que foram criadas e estão sendo criadas por quase todos os Governos estaduais.

Votarei contra, Sr. Presidente, por achar dispensável, sobretudo numa hora em que a Nação inteira clama para melhorar a aplicabilidade de suas receitas orçamentárias, e principalmente também, porque o Brasil se encontra numa grande encruzilhada de problemas orçamentários, problemas de produção, problemas energéticos, e o Governo justifica a elaboração de projetos de leis, para criar no meu modo de entender, empregos ou cabides de empregos, para quantos sejam do interesse do Governo nomear. Principalmente porque, o Governo do Estado, diz aqui, no seu Artigo 5.º que: "a Diretoria será composta de dez membros, quatro suplentes, quatro dos quais, com um mandato de quatro anos, nomeados diretamente pelo Sr. Governador do Estado. Não posso deixar de fazer estas críticas, Sr. Presidente, embora no processo de votação, essas ponderações sejam irrelevantes porque o nosso voto vai ser minoria, não vou deixar que a História passe sem um registro desta minha posição, esta posição inclusive, de revolta, com essas coisas que estão acontecendo, com esses procedimentos que estão acontecendo em toda a vida pública nacional.

Sr. Presidente, quero que conste que o meu voto é contrário.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será constado.

Aprovado.— Com voto contrário do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albano Romanó.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Professor Osny Dacol, pela passagem do décimo ano consecutivo como Diretor do Colégio Estadual do Paraná.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INCRA, com relação a problemática de terras na localidade de São Pedro, Município de Toledo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao FUNRURAL, no sentido de que a agência do Município de Iretama, seja autorizada a expedir Certidão Negativa para fins de registro de propriedades rurais junto ao Cartório de Registro de Imóveis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais integrantes da Bancada paranaense na Câmara Federal, no sentido de assumir a liderança, visando colocar um paradeiro nas enganosas, e até imorais campanhas publicitárias de cigarros.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ministério do Planejamento, visando revisão da política de fornecimento de óleo combustível para a agricultura.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, no sentido de ser extinto imediatamente o confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café.— Aprovado.— Ao Departamento Le-

gislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, no sentido de que a verba de que trata a Mensagem n.º 77/79, seja aplicada para a classificação geral de cargos da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Poder Executivo, e ainda para que se conceda reajuste imediato de vencimentos ao funcionalismo público estadual.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação)

5 Srs. Deputados o aprovam; 6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 68, 69, 70, 71/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 113/78, 149/78, 56/79, 64/79, 72/79, 77/79, 97/79, 98/79, 108/79.

Levanta-se a sessão.

A T A S:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI de n.ºs: 99/77, 29/79, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO de n.ºs: 50/79, 57/79 e 58/79, os quais foram aprovados sem observação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.

Às dez horas do dia vinte e um de junho de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala de reunião das Comissões, registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: MÁRIO CELSO, AIRTON CORDEIRO, JOÃO ELÍSIO, JOSÉ DOMINGOS e JOSÉ TAVARES, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Problema do Menor Abandonado e Suas Implicações Sociais e mais

dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso, respectivamente, Presidente e Primeiro Secretário desta Casa, Deni Schwartz, Fiori Luiz, Quielse Crisóstomo da Silva, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado e Fidelcino Tolentino. O Senhor Presidente da Comissão dá início aos trabalhos da presente reunião. O Senhor Deputado José Tavares, pela ordem, solicita a dispensa da leitura da Ata, o que é aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente comunica a presença do Senhor Doutor Daniel Paulo Issberner, Delegado de Proteção ao Menor, desta Capital que comparece perante a Comissão para prestar seu depoimento. Com a palavra o Senhor Daniel Paulo Issberner aduz considerações em torno da atuação política e social da delegacia sobredita como órgão de ligação entre o I.A.M. e o Juizado de Menores. Entre outros comentários, analisa as causas remotas e imediatas da marginalização de menores e as responsáveis pela criminalidade juvenil e reporta-se ao tema do VIII Encontro Nacional de Delegados de Polícia, realizado em Belo Horizonte, do qual participou. A propósito, lê trecho de moção e defende a necessidade de ser tratada com absoluta prioridade a prevenção da delinquência infantil, por parte dos órgãos responsáveis do Governo e de entidades privadas que se ocupem com o problema do Menor. Apresenta ainda relatório, com dados estatísticos, das atividades daquela especializada, referentes ao exercício de um mil novecentos e setenta e oito, quando foram atendidos onze mil, trezentos e noventa e quatro menores, dos quais cinco mil, cento e sessenta foram encaminhados ao Juizado de Menores. O Senhor Deputado Airton Cordeiro, com a palavra, indaga do depoente acerca das condições materiais daquela Delegacia e sobre o que poderá ela fazer para evitar a delinquência juvenil, no sentido de sustá-la ou preveni-la. O Senhor Daniel Paulo Issberner mostra a carência de recursos daquela especializada, inclusive quanto ao aspecto físico. Diz da necessidade da construção de um novo prédio, com os requisitos necessários para um atendimento ideal e da aspiração da criação da Divisão de Segurança e Proteção do Menor, na Polícia Civil, nos moldes sugeridos pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que implicaria em Delegados de Plantão, com escrivães e assistentes sociais, atendendo já ao preconizado pelo Código de Menores, em seu art. 104, em trâmites na Câmara de Deputados, relativamente à formação especial da autoridade policial e seus agentes encarregados. A propósito de indagação do Deputado João Elísio, tece comentários acerca da atuação policial e social desempenhada por aquela especializada, asseverando que não podem ser dissociadas face à natureza dos problemas. O Senhor Deputado José Tavares, com a palavra, faz uma série de indagações sobre as condições materiais de que dispõe e quais as alterações sofridas desde a sua investidura nas funções do cargo que ocupa. Respondendo às indagações o depoente faz uma exposição sucinta acerca das condições em que recebeu aquela delegacia, há quatro anos, dizendo do remanejamento de pessoal que não possuía condições para tratar com o menor e que durante esse espaço de tempo recebeu algum material de expediente e três viaturas. Informa, ainda, que além de sua pessoa, há um Delegado adjunto, três escrivães, totalizando um número de quarenta pessoas que lá trabalham, incluindo auxiliares de artífices e inspetores de alunos do I.A.M.; que os policiais não possuem curso especia-

lizado, mas que lhes são feitas palestras no sentido de orientá-los; que a média de menores atendidos é de cento e cinquenta; que o menor, depois de alguns dias e após a elaboração do auto de investigação policial e conseqüente Auto do Delegado é o menor encaminhado; que não tem conhecimento de algum crime insolúvel no momento, que envolva menor; que o aumento da criminalidade, em sua opinião, acompanha o desenvolvimento da cidade e que Curitiba tem um índice aproximado de dez por cento ao ano; que na sua opinião a Polícia não acompanhou, havendo uma defasagem em termos de aparelhamento de combate à criminalidade. O Senhor Deputado Deni Schwartz, com a palavra, indaga sobre o grau de escolarização de menores, com passagem na Delegacia. O depoente afirma que o nível de instrução é precaríssimo, e que, se houve melhoria no grau de escolarização somente o CEDIT poderia atestar com precisão. Preconiza como solução a manutenção do menor pelo maior espaço de tempo possível nas escolas, com prática de esportes e outros tipos de recreação, para evitar o tempo ocioso. O Senhor José Tavares, com a palavra, faz uma série de indagações sobre a atuação jurisdicional da Delegacia de Proteção ao Menor, ao que o depoente informa que, de acordo com o regulamento da Polícia, aquela especializada tem jurisdição em todo o Estado, mas só atua em Curitiba. Relativamente à sugestão para que menores não fiquem expostos em delegacias do interior, recolhidos com marginais, às vezes de alta periculosidade, afirma não possuir os meios para evitar que isso ocorra, pois sua atuação é conjunta com o Instituto de Assistência ao Menor e o Poder Judiciário, e sua parcela é apenas de encaminhamento. O Deputado Renato Bernardi, com a palavra, aborda o problema de tortura de menores por policiais nas delegacias do interior, sem o conhecimento do Juiz de Direito e Delegado de Polícia dos respectivos municípios, algumas inclusive implicando em morte, cujas responsabilidades não foram apuradas por parte do Estado. Nesse sentido, indaga a quem cabe recurso. O Senhor Daniel Paulo Issberner informa que ao Promotor Público e ao Juiz de Direito cabe tomar as medidas necessárias para determinar a responsabilidade dos infratores. O Senhor Deputado Mário Celso, Presidente da Comissão, após fazer uma sucessão de indagações acerca da existência ou não de serviço odontológico de plantão, sobre a existência de curso de especialização para dar atendimento condizente ao Menor e sobre o tempo de serviço de guardas de segurança, se há rodízios, rondas, etc., aborda o problema dos cheiradores de cola. O depoente, relativamente às perguntas sobre a existência ou não de cursos de especialização, serviço odontológico, responde pela negativa. Sobre o tempo de serviço nas funções dos cargos de guardas de segurança, afirma que a maioria são funcionários antigos e sobre as rondas, afirma serem diárias, diurnas e noturnas; sobre o problema dos cheiradores de cola, afirma que este se vem agravando nos últimos anos e incide numa faixa etária variável entre oito e dez anos e, conforme exame feito pelo Instituto Médico Legal, a cola para artigos de couro provoca, no indivíduo que a aspira, excitação, podendo ocorrer perda da consciência e, a exposição repetida poderá causar dependência psicológica, com sequelas renais, hepáticas e até mesmo ocorrer morte por parada respiratória, apesar de que perante a lei de Saúde Pública, não é considerada tóxica. Sobre este tópico, são

feitas várias indagações pelo Deputado Fidelcino Tolentino, relativamente à faixa etária e encaminhamento dos menores que usam desse expediente. O depoente, após várias ponderações, mostra a necessidade de criação de uma obra especializada para tratamento de deficientes mentais e cheiradores de cola, estes últimos atualmente atendidos pelo CEDIT. Perguntado ainda pelo Senhor Presidente, responde não haver salas com grades; que as meninas são recolhidas em ala especial e atendidas por agentes femininos e que são de comportamento mais rebelde do que os menores de sexo masculino; que o entrosamento com o IAM é perfeito; que, após a avaliação, o encaminhamento ao Juiz é feito se o menor for abandonado ou infrator. Nessa última hipótese, somente após serem concluídas as diligências, o menor carente, bem como os que furtam pequenas coisas são encaminhados ao CEDIT. Perguntado se existe naquela Delegacia sala ou local de torturas, conforme denúncias, afirma que as mesmas são improcedentes. O Senhor Renato Bernardi indaga se existe junto à Delegacia, trabalho paralelo de ordem religiosa. O depoente informa que há visitas de entidades religiosas, porém um trabalho profundo, metodologicamente organizado, não existe. Afirma ainda, que no novo projeto para a Delegacia há previsão para salas para psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, gabinete médico, ambulatório e de uma capela. A esta altura dos trabalhos o Deputado Airton Cordeiro, pela ordem, justifica os motivos que o levam a ausentar-se da presente reunião, e manifesta-se satis-

feito com a exposição do depoente, assegurando-o do empenho que fará junto ao Governo do Estado, no sentido de que coloque entre as metas prioritárias a construção da nova sede da Delegacia de Menores. Relativamente ao problema dos meninos que cuidam e lavam carros nas ruas, afirma o depoente que o assunto deveria merecer maior atenção por parte da Prefeitura e do I.A.M. e que somente será da alçada da Delegacia de Menores se houver danificação ou furto do veículo. Manifesta, ao finalizar sua exposição, a sua expectativa de que os Senhores Membros da Comissão procedam a um estudo capaz de dotar as áreas destinadas a atender o Menor com uma política mais condizente com a realidade paranaense. O Senhor Presidente agradece ao Senhor Daniel Paulo Issberner pelo seu comparecimento, bem como aos Senhores Deputados presentes, pelo alto interesse que vêm demonstrando na busca de soluções para o problema do Menor no Paraná. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da presente reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia vinte e sete, às dez horas. Para constar, lavro esta ata, que após aprovada, será pelo Senhor Presidente e por mim assinada e, em seguida, publicada para que produza os efeitos legais.

(aa) MÁRIO CELSO

Presidente

MYRTHES MAGDA GOMES

Secretária